

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“Comparação da adaptação pessoal de adolescentes judicializados e não-judicializados:
a aplicação do inventário de personalidade de Jesness e de Eysenck e de humores
depressivos de Beck”**

Ivana Regina Panosso

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como
parte das exigências para a obtenção do título de
Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

Ribeirão Preto – SP
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“Comparação da adaptação pessoal de adolescentes judicializados e não-judicializados:
a aplicação do inventário de personalidade de Jesness e de Eysenck e de humores
depressivos de Beck”**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como
parte das exigências para a obtenção do título de
Mestre em Ciências, Área: Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Rezende Bazon

Ribeirão Preto – SP
2008

Às possibilidades de que cada semente de conhecimento se converta em fruto.

Às possibilidades de que cada fruto se converta em alimento para quem dele necessite.

RESUMO

O presente trabalho, sob o referencial da *Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa*, ocupou-se da compreensão da *adaptação pessoal* de um grupo de adolescentes judicializados (GJ) em comparação a um grupo de adolescentes não-judicializados (GNJ). Sessenta adolescentes do sexo masculino, com idades entre 16 e 18 anos, participaram da pesquisa, 30 constituindo o GJ e 30 constituindo o GNJ. A coleta de dados foi feita com três instrumentos: *Inventário de Personalidade de Eysenck*, (IPE), *Inventário de Personalidade de Jesness* (IPJ) e *Inventário de Depressão de Beck* (BDI). Os resultados indicaram diferenças de *adaptação pessoal* entre os grupos na medida em que o GJ e o GNJ tiveram médias significativamente diferentes em muitas das dimensões dos instrumentos utilizados (*Propensão à Delinqüência, Neuroticismo e Psicotismo* do IPE; *DS, OV, Im, Au, Al, AM e IA* do IPJ e; *Tristeza, Insatisfação, Punição, Auto-aversão, Choro, Perda de Appetite e Escore Total* do BDI). As diferenças entre os grupos revelaram que a *adaptação pessoal* do GJ é deficitária, denotando um desenvolvimento de personalidade mais *egocêntrico* (em oposição a um desenvolvimento *alocêntrico* da personalidade), em comparação ao GNJ. Os resultados obtidos através dos três instrumentos foram discutidos à luz dos resultados publicados pela literatura científica sobre o tema. Teceram-se algumas considerações finais acerca das contribuições trazidas por este estudo, bem como acerca de suas limitações.

Palavras – chave: conduta delituosa; adaptação pessoal; alocentrismo; Inventário de Personalidade de Eysenck; Inventário de Personalidade de Jesness e; Inventário de Depressão de Beck.

ABSTRACT

This study was conducted under the basis of the *Offensive Behavior Personal and Social Regulation Theory*. It aimed to understand the *personal adaptation* of a group of adjudicated adolescents (AG) in comparison to a group of non- adjudicated ones (NAG). Sixty male adolescents with ages between 16 and 18 years participated of the research (30 composing AG and 30 composing NAG). The data collection was made with three instruments: *Eysenck Personality Inventory*, (EPI), *Jesness Personality Inventory* (JPI) and *Beck Depression Inventory* (BDI). The results indicated that the groups differentiated on *personal adaptation* as AG and NAG had significantly different averages in many of the dimensions of the instruments (*Propensity to the Delinquency, Neuroticism and Psicoticism* of the IPE; *SM, VO, Im, Au, Al, MA* and *AI* of the IPJ and *Sadness, Dissatisfaction, Punishment, Self-aversion, Tears, Appetite loss* and *Total score* of the BDI). The inter-group differences showed that the AG *personal adaptation* is low, denoting a more self-centered personality development (the opposite of a personality allocentric development), in comparison to the NAG. The results from the three instruments were discussed in a comparison with the published results from scientific literature on the subject. Some final considerations regarding the contributions brought by this study, as well as some considerations regarding its limitations was carried out.

Keywords: offensive behavior; personal adaptation; allocentrism; Eysenck Personality Inventory; Jesness Personality Inventory and; Beck Depression Inventory.

Agradeço...

... à Profa. Dra. Marina Rezende Bazon, pelas orientações, incentivo, paciência e, principalmente por ter-se tornado minha referência de trabalho científico sério destinado às crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial, trabalho esse comprometido com a mais alta qualidade de sua aplicação.

... à Profa. Dra. Ruth Estevão pela impagável disponibilidade a dar toda contribuição oferecida para a realização deste trabalho. A gratidão extrapola os limites das contribuições a esta Dissertação, e se funde à admiração por sua energia, crença e poder de concretização no que se refere à aplicação do conhecimento científico ao exercício profissional daqueles que se ocupam dos adolescentes em conflito com a lei.

... à Profa. Dra. Caroline Tozzi Reppold, pelas inúmeras colaborações oferecidas no exame de qualificação, pelo acolhimento e disponibilidade calorosos, pelo entusiasmo que transmite pelo conhecimento e, por fim, pela frase “Difícil é a vida” que me tem servido de lema para desvencilhar-me de pseudo-dificuldades.

... ao Prof. Dr. Hugo Celso Dutra de Souza, pelo tratamento dos dados da presente pesquisa, tarefa essencial para sua concretização.

... aos professores e demais funcionários do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da FFCLR- USP, pela possibilidade de lapidar-me profissional e pessoalmente no percurso de mestrado.

... à Fundação CASA por ter permitido a coleta de dados, em especial à Silvana e à Mari da Divisão Regional Norte e toda a equipe da Unidade de Internação Rio Pardo, onde se efetuou parte da coleta. Agradeço à Fundação CASA também, por depois de haver-me recebido como pesquisadora, receber-me como funcionária membro de sua equipe técnica.

... aos adolescentes internados na UI Rio Pardo pela colaboração respondendo aos instrumentos de pesquisa

... aos funcionários da Escola Estadual “Otoniel Mota”, em especial aos diretores Novaes e Lúcia, e também à Cidinha da Escola Estadual “Cônego Barros”, que abriram as portas para a segunda parte de coleta de dados, quando outras portas se haviam fechado.

... aos alunos das escolas mencionadas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

... aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial pelas sugestões que foram permitindo o aprimoramento deste trabalho quando ele era ainda um projeto.

... aos professores do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos por semearem em seus alunos, eu dentre eles, as bases do conhecimento científico que devem sustentar o “fazer profissional” do psicólogo.

... à Profa. Dra. Susi Lippi de Oliveira Marques que, enquanto primeira orientadora de trabalhos científicos, exerceu papel de guia nesses caminhos, à época ainda muito obscuros, aliado a altas doses de maternagem. Seu colo permitiu-me o afeiçoamento com a ciência e seus ensinamentos permitiram-me trilhar por ela até encontrar meu objeto de estudo.

... aos meus pais, José Anacleto e Esther Aparecida, pelo dom de existir, pelo ninho caloroso com o qual me receberam, pelos vãos solos que me permitiram, por constituírem exemplos concretos de que fazer parte deste mundo traz em si o compromisso de melhorá-lo, começando por si mesmo.

... aos meus irmãos Carlos Eduardo, Márcio José e Joseane Cristina por fazerem parte de meu ambiente privilegiado de exercício da fraternidade, por compartilharem comigo o orgulho mútuo de sermos irmãos, por tudo que nos torna semelhantes e também por aquilo que nos torna diferentes, pela chance de nas igualdades e diferenças, de nas alegrias e conflitos termos aprendido que amor ao mesmo tempo que é herança, é exercício.

... à minha avó Seyla pela presença, amor, dedicações e mimos resumidos em camas feitas e cobertores sobrepostos nas madrugadas que me surpreendiam mais frias .

... ao Leandro dos Reis Marques (meu Leo), por ser companheiro, na mais pura acepção do termo, por fazer-se farol, não voltado contra mim desde o fim do túnel, mas ao meu lado, desde onde o feixe de luz ainda é estreito, em direção à uma estrada ao longo da qual ele vai apresentando-se cada vez mais largo.

... ao meu avô Tarcílio (in memorian) por ainda fazer-se presente, orientando-me em sonhos.

... a minha avó Idalina (in memorian) e ao meu avô Gustavo (in memorian), que na impossibilidade de se deixarem conhecer pessoalmente por mim, deixaram-me suas melhores obras: meu pai e minha mãe.

... à minha bisavó Belmira (Bá), pelo meu nome, pelo balanço ritmado, seja do colo ou do carrinho de bebê, pelos gomos de tangerina cujas peles e sementes foram extraídas com a tesourinha que herdei e, a despeito de minha fama de desligada, nunca a perdi. Por ter-me investido de tanto amor, motor para empreender realizações.

... aos tios: Janice, Luis Carlos, Maria Cristina, Maurílio, Carlos Antonio, Júnior e Cláudia.

... ao batalhão de primos!

... aos meus sogros: Odair e Sônia

... aos cunhados e concunhados: Ariel, Clayton, Priscila, Marco Antonio, Maíra, Viviane e Randal.

... à equipe da UIP Ouro Verde por receber-me, fazer-me sua parte e por permitir-me um compartilhar cotidiano, especialmente à equipe técnica psicossocial e, ainda mais especialmente, à minha parceira e amiga Marli.

... à Regina Lydia, Cláudia Maria, Lucinéia, Luzia Regina, entre outros membros do CRAS SUL de Franca/SP, pelo curto, mas intenso, tempo de convivência e aprendizagem pessoal e profissional.

... à equipe da Secretaria de Assistência Social de Monte Alto/SP, em especial ao Daniel e à Priscila, que faziam parte dela à época que eu também era membro (2005/2006), pelo apoio, quando o mestrado ainda era um sonho.

... à minha mais recente grande amiga Éliidi Tinti, pela amizade instantânea, pela doçura de sua companhia, por surpreender-me com o dom de sua amizade.

.... enfim, aos amigos, insubstituíveis, com valores irresumíveis. Já com a certeza de que estarei omitindo nomes de pessoas caras e deixando de fazer menção a atitudes de imensurável generosidade, arrisco-me a nomear alguns: Dani Andréa, Miriam Coutinho, Raquel Cordioli, Mariana Kaori, Vanessa Travaini, Marcela, Rodrigo Tonella, Marcel, Vitor, Fernando, Dani Gabarra, Cássia Assunção, Karine Assunção, Isabel Cristina, Araguacy, Natal, Simone, Danila, Fá Sanches, Fábiana Castro, Cris Miura, Lívia, Nariko, Rosângela, Laine, Sandro, Amarildo, Ana Paula Meda, Carlinho, Sandro (Boi), Anita, Priscila Camilo, Carla (priminha), Karina Ming, Lívia Ratinha, Cotonete, Ana Cláudia, Jaqueline, Tati Gaia, Fernandão, Roberta Vermelho, Paulo, Diogo e Daniel Crispolin.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Comparação estatística das médias dos escores brutos obtidos pelo GJ e pelo GNJ nas 05 dimensões do IPE.....	64
Tabela 2- Comparação estatística das médias dos escores brutos obtidos pelo GJ e pelo GNJ nas 11 dimensões do IPJ.....	65
Tabela 3- Escores T normalizados para as médias obtidas pelo GJ e GNJ em cada uma das dimensões avaliadas pelo IPJ.....	66
Tabela 4- Comparação estatística dos resultados nas dimensões do BDI em que o GJ e o GNJ obtiveram diferenças significativas.....	67
Tabela 5- Frequência dos níveis de depressão mensurados pelo BDI apresentados pelos participantes do GJ e do GNJ.....	67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- As dimensões da personalidade e suas medidas.....	41
Quadro 2- Idade e escolaridade dos participantes do GJ e do GNJ.....	51
Quadro 3- Índices de Medidas do IPE, suas descrições, número de itens que as compõe e coeficiente de consistência interna <i>Alpha</i>.....	50
Quadro 4- Síntese da análise semântica do IPE.....	54
Quadro 5- Índices de Medidas do IPJ, suas descrições, número de itens que as compõe e coeficiente de consistência interna <i>Alpha</i>.....	58
Quadro 6- Nível de depressão e respectivas pontuações no BDI na versão adaptada para a população brasileira.....	61
Quadro 7- Síntese dos resultados de estudos comparativos nacionais realizados com o IPJ.....	77

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1- Referencial Teórico.....	15
1.1- O Fenômeno Criminal: Um Objeto de Estudo.....	15
1.2- A Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa.....	17
1.3- Alocentrismo: O Componente Pessoal da Regulação da Conduta Delituosa na Teoria da Regulação de Marc Le Blanc.....	21
Capítulo 2- Conceituação de Conduta Delituosa e suas Diferentes Trajetórias de Desenvolvimento.....	22
2.1- Breve Conceituação da Conduta Delituosa e sua Relação com o Conceito de Conduta Anti-Social.....	24
2.2- Diferentes Níveis de Adaptação Pessoal como Base para Diferentes Trajetórias de Desenvolvimento da Conduta Delituosa.....	25
Capítulo 3- A Personalidade como Variável Associada à Conduta Delituosa na Produção Científica Nacional e Internacional.....	28
3.1- Revisão Bibliográfica Nacional.....	28
3.2- Revisão Bibliográfica Internacional.....	31
3.2.1- Estudos de Revisão.....	31
3.2.2- Estudos com dados empíricos publicados nos últimos 05 anos.....	33
3.2.3- Estudos que relacionam a Depressão à Conduta Delituosa.....	36
Capítulo 4- Estratégias de Avaliação de Adolescentes engajados em Conduta Delituosa.....	38
4.1- As três escalas que avaliam a Adaptação Pessoal no MASPAQ.....	40
Capítulo 5- Objetivo da Presente Pesquisa e Justificativa.....	47
5.1- Objetivo.....	47
5.2- Justificativa.....	47

	Capítulo 6- Método.....	49
	6.1- Participantes.....	49
	6.2- Instrumentos para a Coleta de Dados.....	51
	6.2.1- O Inventário de Personalidade de Eysenck (IPE).....	51
	6.2.2- O Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ).....	
56	6.2.3- O Inventário de Depressão de Beck (BDI).....	60
	6.3- Procedimentos.....	61
	6.4- Análise de Dados.....	63
	 Capítulo 7- Resultados.....	 64
	7.1- Resultados referentes ao IPE.....	64
	7.2- Resultados referentes aos IPJ.....	65
	7.3- Resultados referentes ao BDI.....	66
	 Capítulo 8- Discussões.....	 69
	8.1- Discussões Referentes aos Resultados do IPE.....	69
	8.2- Discussões Referentes aos Resultados do IPJ.....	73
	8.3- Discussões Referentes aos Resultados do BDI.....	77
	8.4- Perfil Geral da Adaptação Pessoal dos Adolescentes	
	Judicializados das Região de Ribeirão Preto.....	79
	 Considerações Finais.....	 83
	 Referências.....	 85

INTRODUÇÃO

O presente estudo, sob o referencial da Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa (Le Blanc, 1997), ocupou-se da verificação de quais aspectos da *adaptação pessoal* (personalidade), duas amostras de adolescentes do sexo masculino da região de Ribeirão Preto se diferenciam. Uma amostra foi composta por meninos judicializados (com passagem pelo Sistema de Justiça em razão de cometimento de ato infracional) e outra por meninos não-judicializados (sem histórico de ato infracional conhecido pelo Sistema de Justiça).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados (*Inventário de Personalidade de Eysenck* - IPE, *Inventário de Personalidade de Jesness* - IPJ e *Inventário de Depressão de Beck* - BDI) operacionalizam o construto *adaptação pessoal* e permitiram que o objetivo deste trabalho fosse levado a cabo.

Segue-se uma breve descrição dos conteúdos abordados em cada um dos capítulos que compõem esta Dissertação.

O **Capítulo 1** desta Dissertação ocupa-se de apresentar o objeto de estudo, contextualizar o referencial teórico adotado, sintetizar os principais conceitos deste referencial, bem como detalhar os componentes do *Alocentrismo* (regulador de natureza psicológica, dentre os reguladores explicitados pela Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa) que foi alvo central do presente trabalho.

No **Capítulo 2** define-se brevemente o conceito de *conduta delituosa* e sua relação com o conceito de *conduta anti-social*. Também é conteúdo deste capítulo a descrição das diferentes trajetórias de conduta delituosa e os níveis de adaptação subjacentes a elas.

No **Capítulo 3** apresentam-se estudos nacionais e internacionais sobre o tema que constituíram-se em uma revisão bibliográfica, feita a partir de levantamento em bases de dados especializadas.

No **Capítulo 4** discorre-se brevemente sobre as estratégias de avaliação da personalidade de adolescentes, apresentando-se mais detalhadamente os desdobramentos dos conceitos subjacentes à *adaptação pessoal* nos índices de medida dos instrumentos que operacionalizam tal construto. Apresentam-se também, neste capítulo, estudos empíricos que sugerem a validade de tais instrumentos para avaliá-lo.

No **Capítulo 5** explicitam-se os objetivos e justificativas para a realização deste trabalho.

No **Capítulo 6**, descreve-se o método pelo qual se realizou o presente estudo, incluindo descrição dos participantes, dos instrumentos utilizados, dos procedimentos e tratamento dos dados.

O **Capítulo 7** apresenta os resultados obtidos para cada um dos três instrumentos de coleta de dados utilizados.

No **Capítulo 8** discute-se os dados obtidos com cada um dos instrumentos à luz daqueles produzidos pela literatura científica sobre o tema e esboça-se um perfil geral do adolescente judicializado da região de Ribeirão Preto, segundo os resultados obtidos no presente estudo comparativo.

Por fim, também são traçadas algumas **Considerações Finais** a fim de situar os avanços que o presente trabalho permite em relação à compreensão do problema de pesquisa, bem como suas limitações.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 - O Fenômeno Criminal: Um Objeto de Estudo

O Fenômeno Criminal tem se constituído em um objeto de preocupação e vem sendo estudado sob a ótica de várias teorias, algumas fornecendo subsídios para descrever e outras tentando explicar o fenômeno. Nesse cenário, pode-se citar algumas das teorias disponíveis: Desorganização Social (Shaw e McKay, 1969), Tensão (Merton, 1938; Cohen, 1955; Cloward e Ohlin, 1960; Agnew, 1992 e; Messner e Rosenfield, 1994), Controle (Hirshi, 1969), Desvio Cultural (Komhauser, 1978), Associação Diferencial (Sutherland, 1942), Aprendizagem Social (Akers, 1973; Bandura, 1977), Etiquetagem (Lemert, 1951), etc.

Pinatel (1960) foi o primeiro estudioso a distinguir três níveis desse grande objeto de estudo, evidenciando a possibilidade de abordá-lo pela dimensão da Criminalidade, ou melhor, focalizando as taxas de crimes cometidos em um determinado lugar e momento; a dimensão da Conduta Criminosa, que remete o pesquisador à dimensão individual do fenômeno, à pessoa que cometeu o crime e suas características; e pela do Crime em si, da passagem ao ato, incluindo as modalidades de crimes e as circunstâncias que podem caracterizar o fato em si.

Le Blanc (1997; 2004), em conformidade com as postulações de Pinatel (1960), enfatiza que cada um desses níveis do Fenômeno Criminal possui suas próprias variáveis dependentes e independentes, constituindo-se em problemas de pesquisa diferentes, embora obviamente, esses se conectem e se influenciem. Os próximos três parágrafos explicitam, resumidamente, as variáveis de investigação em cada nível.

A Criminalidade, por exemplo, tem como variáveis dependentes as taxas de criminalidade em uma dada unidade social e geográfica em um determinado período e, como variáveis independentes tem os indicadores que caracterizam essa sociedade/comunidade, sua organização social e cultural, as dimensões do controle comunitário formal e informal, os indicadores de funcionamento das instituições.

Com relação ao nível da Conduta Criminal, a variável dependente é constituída pelos índices descritivos do que tem sido denominado como a “trajetória criminal”, conceito que busca descrever os diferentes tipos de participação das pessoas nas atividades criminais, envolvendo de maneira articulada a frequência, o início, a duração, a ativação, o agravamento e a desistência; neste plano, as variáveis independentes são constituídas por características de

natureza pessoal, como determinados aspectos biológicos e certas características de personalidade, ou indicadores sociais, tais como, relacionamento com o ambiente, classe social, etc.

Por fim, o Crime em si, como variável dependente, remete, como mencionado, às características de uma modalidade em específico, ao cometimento do ato, sendo que as variáveis independentes podem ser situadas nas características das situações que os envolvem.

Cumprido frisar que, ao afunilar esta explanação para a faixa etária compreendida pela adolescência, propõe-se uma troca de termos: já não se fala em Fenômeno Criminal, mas em Fenômeno Delinqüencial, que pode igualmente ser abordado pelos três níveis: o das taxas de Ato Infracional cometidos por adolescentes, o da Conduta Delituosa e o do Ato Infracional.

No âmbito internacional, a Teoria Integrativa e Multidimensional do Fenômeno Delinqüencial, elaborada por Le Blanc (1997), pode ser destacada no plano das proposições de cunho científico para a explicação do fenômeno. Esta teoria “explica” cada nível do fenômeno de forma global, na medida em que consegue estabelecer os mecanismos a ele subjacentes, bem como a articulação existente entre os mesmos, por meio de uma relação sinérgica que o produz e o mantém.

A Teoria Integrativa e Multidimensional possui algumas características fundamentais a serem ressaltadas.

A primeira característica que merece ser citada é o fato de ser *integrativa*, no sentido em que aproveita e articula conceitos de outras teorias da Psicologia, da Criminologia e da Sociologia para a construção de um modelo explicativo mais completo.

Em segundo lugar, deve-se frisar o fato de ela ser *multidimensional*, ou seja, o autor foi desenvolvendo, de forma articulada, as teorias explicativas para cada um dos três níveis do fenômeno, primando por garantir *coerência* e *isoformia* entre a formulação de cada nível.

Em seguida, é necessário salientar a natureza *sistêmica* das teorias formuladas para cada nível, pois denotam relações de sinergia (de influência mútua e simultânea entre os mecanismos) e relações retroativas (um mecanismo influencia outro em dado momento e, em momento posterior, o mecanismo que havia exercido influência passa a ser alvo daquele que anteriormente influenciou). Essas relações não ocorrem apenas entre os mecanismos de cada nível, mas também entre os diferentes níveis do fenômeno, além disso, o sistema de regulação/controle pode ser caracterizado como aberto, na medida em que troca energia uns com os outros.

Uma quarta característica importante, e que se faz perceber de modo mais evidente no nível da regulação pessoal, ou seja, no nível da regulação da conduta delituosa, é a adoção de

uma *perspectiva desenvolvimental* que permite discutir as mudanças e continuidades de tal conduta ao longo do tempo, pois considera o ordenamento temporal e as mudanças nos fatores causais com a idade. Cumpre assinalar que pela perspectiva desenvolvimental assumida por essa teoria, pode-se pensar o fenômeno de acordo com a funcionalidade que determinados comportamentos podem desempenhar nas diferentes fases do desenvolvimento (Pellegrini, 1991). Dessa maneira, o comportamento anti-social pode ir se estabelecendo como um modo estruturado de funcionamento do indivíduo, de acordo com as conseqüências que esta estratégia de enfrentamento produz no meio em que atua. Os comportamentos em si podem modificar-se ao longo do desenvolvimento, mas podem permanecer estáveis no sentido da manutenção da função que exercem para conseguir gratificações do meio (Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini e Hutz, 2005).

Para o estudo aqui proposto, vale dizer que o nível privilegiado é o da conduta, ou seja, o da pessoa. Portanto, dentro do panorama da Teoria Integrativa e Multidimensional (Le Blanc, 1997) se adota como referencial a Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta.

A escolha da Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta, em detrimento de outras que abordam problemas de desenvolvimento e, que poderiam afigurar-se como referencial para o presente trabalho, deve-se ao fato de ela apontar reguladores específicos para a explicação da *conduta delituosa*.

1. 2 - A Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa

A proposição teórica concernente ao nível da Conduta Delituosa, aplicada à adolescência, é a que possui maior embasamento de investigações empíricas, se comparada às elaborações desenvolvidas para os outros níveis (Le Blanc, 1997).

A construção da teoria para este nível foi desenvolvida a partir da teoria do *vínculo social*, proposta por Hirshi (1969). A questão central que norteou a elaboração desta teoria, na contramão do que se enfatizava até então, consistiu em indagar “por que a maior parte das pessoas respeita as leis?”. Dentro disto, postulou-se a importância do vínculo social que, segundo esse teórico, teria como componentes: o *apego* que pode ocorrer em relação a diversas pessoas, primeiro com as da família, passando pelas que ocupam posição de autoridade, chegando aos pares; o *empenho* referente à criação, para si, de um senso de obrigação em relação às atividades convencionais, sejam elas relacionadas à educação, à religião, à cultura, etc.; o *investimento* concernindo o tempo consagrado pelo indivíduo às

diversas atividades convencionais; e as *crenças* no valor das normas sociais, que subjazem à adesão às mesmas.

A teoria proposta por Hirshi (1969) explica a conduta delituosa a partir da adaptação (ou desadaptação) do indivíduo a reguladores sociais. Le Blanc (1997) acresceu, aos componentes que regulam a adaptação social, um componente de natureza psicológica (sob a denominação de *alocentrismo*, conforme será explicitado adiante) que constitui um regulador da adaptação pessoal. A partir, então, dos conceitos de adaptação social e pessoal, Le Blanc (1997) construiu a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa.

A Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa se expressa na seguinte assertiva: “a conformidade com relação aos padrões de comportamento ocorre e persiste se, de um lado, um nível apropriado de *alocentrismo* está presente e os *vínculos* com a sociedade estão firmes e, se por outro lado, os *constrangimentos* são apropriados e os *modelos* de comportamentos pró-sociais estão disponíveis. Essa regulação pessoal e social é condicionada pela capacidade biológica da pessoa e pela posição que ocupa na estrutura social” (Le Blanc, 1997, pág.229).

Ao contrário, o adolescente começaria a infracionar e seguiria uma “trajetória delituosa persistente” se o estado egocêntrico preponderasse (em contraponto ao estado alocêntrico), se o seu vínculo com a sociedade fosse fraco, os constrangimentos insuficientes e os modelos desviantes abundantes (em comparação aos modelos de comportamentos pró-sociais).

Le Blanc (1997) sugere que os vínculos e o alocentrismo seriam os mecanismos mais estáveis da regulação da conduta, porém atuariam de maneira indireta, enquanto os modelos e constrangimentos, mais suscetíveis a transformações no tempo, exerceriam influências mais diretas sobre o comportamento.

Segue-se uma explanação resumida, a partir das definições apresentadas por Le Blanc (1997), de cada um dos quatro mecanismos que operariam no plano da regulação da conduta, conforme mencionados acima:

a) os *vínculos* podem ser entendidos como compostos por dois componentes, a afiliação às pessoas e o comprometimento com as instituições (baseando-se na Teoria do Vínculo Social de Hirshi, 1969); o primeiro componente (afiliação às pessoas) constitui o elemento mais importante no impedimento ao engajamento em atos infracionais, pois quando uma pessoa é sensível à opinião dos outros, ela se sente na obrigação de seguir as normas e as internaliza.

b) o *alocentrismo* pode ser definido como o movimento da pessoa ao que é diferente dela, a disposição de se orientar em direção aos outros e a capacidade de se interessar pelos outros por eles mesmos. Trata-se do mecanismo regulador da conduta de natureza psicológica.

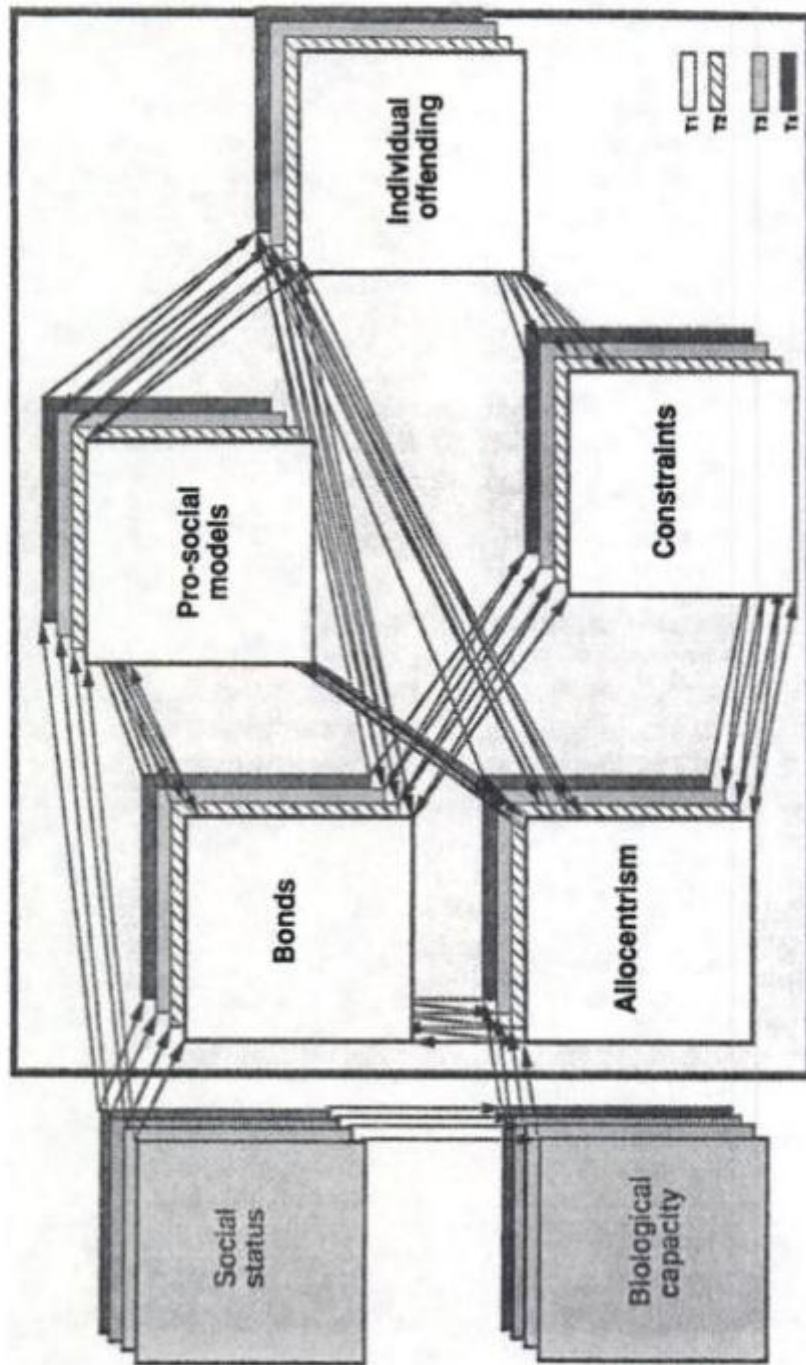
c) os *modelos* pró-sociais são as influências de pessoas do meio social seguidoras das normas deste meio e o investimento nas atividades convencionais.

d) os *constrangimentos* podem ser internos ou externos: os internos correspondem aos impedimentos que a própria incorporação das normas sociais exerce no indivíduo, para que ele não incida em conduta delinqüente; os constrangimentos externos são aqueles exercidos pela comunidade, podem ser formais (polícia, por exemplo) ou informais (vizinhança, por exemplo).

Como mencionado acima, os mecanismos se inter-influenciam. Se há comprometimentos no desenvolvimento do alocentrismo, por exemplo, resultam-se dificultados os vínculos com a sociedade, o apego com as pessoas, o investimento nas atividades convencionais, o empenho em relação às instituições, a receptividade aos constrangimentos sociais, bem como resulta facilitada a sensibilidade às influências não convencionais ou anti-sociais (Le Blanc, 1997).

A seguir apresenta-se o esquema oferecido por Le Blanc (1997, pág. 230) para ilustrar o posicionamento e a relação existente entre os reguladores da conduta delituosa.

FIGURE 6.3
Control Theory at the Level of the Criminal



Material com direitos autorais

1.3 - Alocentrismo: O Componente Pessoal da Regulação da Conduta Delituosa na Teoria da Regulação de Marc Le Blanc¹

Em consonância com o explicitado acima, tem-se que o alocentrismo é um dos mecanismos de regulação do comportamento de natureza psicológica, constituindo-se no componente da adaptação de caráter mais pessoal, dentre todos os outros. Pode-se dizer que repousam, em algum ponto do contínuo existente entre o *egocentrismo* e o *alocentrismo*, as características do desenvolvimento psicológico do indivíduo.

Deve-se considerar um movimento do egocentrismo ao alocentrismo que, visto de uma perspectiva desenvolvimental, não é linear, mas dialético (interacionista), no sentido em que se parte do princípio de que o ser humano nasce com uma predisposição natural para sair de seu estado congênito de egocentrismo para atingir um estado mais alocêntrico, no qual deixa de centrar todas as suas preocupações e interesses em si mesmo para ir, cada vez mais, em direção dos outros seres humanos.

No entanto, essa trajetória pode ter seu ritmo de desenvolvimento afetado pelas condições individuais internas e externas. Ou seja, o ser humano nasce com a tendência a tornar-se alocêntrico, mas o caminho para tal não está estritamente predeterminado, podendo ser percorrido mais ou menos rapidamente, bem como pode levar a pontos de chegada mais ou menos avançados.

Segundo Fréchette e Le Blanc (1987a) os adolescentes que implementariam atividades delituosas mais graves seriam aqueles cuja adaptação pessoal se caracterizaria por traços mais egocêntricos (talvez se possa falar em personalidade egocêntrica), ou seja, por aqueles que não teriam alcançado uma adaptação pessoal em que se denota um grau de alocentrismo adequado.

Fréchette e Le Blanc (1987a) comentam que os estudos comparativos realizados nas quatro décadas anteriores (Shuessler e Cressey, 1950; Waldo e Dinitz, 1967; Tennenbaum, 1977; Harris, 1979 e; Farrington e cols., 1982) haviam apontado para a diferenciação nos traços de personalidade entre os sujeitos que praticam atos infracionais e os que não apresentam envolvimento infracional ou os que apresentam somente um envolvimento infracional ocasional.

Estudos longitudinais, tais como o de Fréchette e Le Blanc (1987a) e outros mais recentes (Morizot e Le Blanc, 2003a e; Morizot e Le Blanc, 2003b), apontam para o fato de

¹ O conteúdo desenvolvido neste capítulo está preponderantemente baseado em Fréchette e Le Blanc (1987a).

que no decorrer do desenvolvimento, tanto o grupo de adolescentes convencionais como o grupo de adolescentes que incorre em conduta delituosa, apresentam uma tendência à maturação da adaptação pessoal. No caso dos adolescentes engajados na conduta delituosa persistente o problema seria o de que tal maturação não atinge um nível suficientemente adaptativo.

Esses autores concluem que os adolescentes que se envolvem apenas ocasionalmente em atos infracionais o fazem mais preponderantemente sob influência de fatores sociais, mais circunstanciais, enquanto que os adolescentes com maior engajamento em práticas delitivas apresentam déficits na adaptação pessoal, ou seja, apresentam déficits no desenvolvimento de determinados aspectos da personalidade.

Para compreender o nível da adaptação pessoal (que reflete a posição do indivíduo entre os estados egocêntrico e aloecêntrico), Fréchette e Le Blanc (1987a) definem dois eixos da estrutura da personalidade: o *interpessoal* e o *intrapessoal*. O primeiro compreende as dimensões *psicossocial* e *psicorrelacional*, enquanto o segundo abarcaria as dimensões *psicocognitiva* e *psicoafetiva*.

A dimensão psicossocial refere-se ao desenvolvimento de uma mentalidade e funcionalidade social, sendo que insuficiências nessa dimensão favorecem atitudes *primitivas* e *hipossociais*. Entende-se por atitudes primitivas aquelas marcadas por mecanismos rudimentares, de orientação regressiva, bem como pela ausência de distância crítica, pela imprevisibilidade; são atitudes que primam pelas necessidades pessoais e pela busca por prazer e satisfação imediatos, não se verificando coerência entre as próprias atitudes, bem como das atitudes e o seu sistema de valores. As atitudes hipossociais, em seu turno, caracterizam-se pela profunda falta de aptidão diante das exigências e constrangimentos da vida de grupo, refletindo a dificuldade do sujeito para avaliar-se em sua própria realidade, bem como exprimindo sua tendência a cortar-se/desconectar-se do mundo, refletindo um sentimento enfraquecido de pertença ao grupo, de onde decorre uma propensão para agir sem preocupar-se com o outro, ou até mesmo, tomando o outro como alvo.

A dimensão psicorrelacional refere-se ao desenvolvimento de uma mentalidade que favorece as relações inter-individuais íntimas, sendo que seu déficit implica em bloqueios face às relações interpessoais, que se traduzem em *isolamento*. O isolamento caracteriza-se pela inaptidão do sujeito em perceber semelhanças entre si e os outros; também se expressa na incapacidade de aproximar-se dos semelhantes e sentir afinidade com eles, o que resulta em um desengajamento e sentimento de solidão intersubjetiva.

A dimensão psicocognitiva refere-se ao desenvolvimento de uma personalidade que permite uma percepção da realidade e, quando deficitária provoca distorções nessa percepção, caracterizando-se por uma *fraqueza intelectual*. A menor eficiência do exercício da capacidade mental, que lhe é característica, diminui a qualidade da adaptação do indivíduo à realidade.

Por fim, a dimensão psicoafetiva refere-se ao desenvolvimento de uma mentalidade que permite a expressão apropriada dos afetos e, quando insuficiente, resulta em resistências específicas para expressar os sentimentos e as emoções, dessa forma os sujeitos apresentam *insegurança e negatividade*. A insegurança diria respeito a uma dinâmica de alarme interior que gera tensões expressas através de mal-estar, desconforto intrasubjetivo, sentimento de inquietude e vulnerabilidade, de medo de perder o controle de si; todas essas tensões obrigam-no a se fechar e a se desligar dos demais. A negatividade, em seu turno, referir-se-ia a uma profunda desafeição que se reflete numa propensão para expressar-se de forma hostil “na” e “pela” ação, revelando um sentimento de irritação, cólera vingativa e a percepção das pessoas como não amistosas, como antagonistas ou ameaçadoras.

Na pág. 40 é possível visualizar um quadro esquemático dos desdobramentos das dimensões da personalidade.

A *adaptação pessoal*, conforme vem sendo empregada pela literatura científica (Ferreira e Ferreira, 2005; Pereira e Canavarro, 2007), parece referir-se à habilidade dos indivíduos para reagir adaptativamente frente às circunstâncias novas e/ou estressantes. A *personalidade*, por sua vez, dentre muitas outras definições, foi concebida por Eysenck (1976, pág. 2) como “a organização mais ou menos estável e persistente do carácter, temperamento, intelecto e físico do indivíduo, que permite o seu ajustamento único ao meio”.

Shiner e Masten (2002) verificaram que traços de personalidade, na infância, influenciam a adaptação pessoal dos indivíduos até a vida adulta; bem como, até certo ponto, a adaptação pessoal na infância influencia o curso de desenvolvimento da personalidade. As autoras sugerem que adaptação pessoal e personalidade se relacionem de maneira transacional, pois se influenciam mutuamente.

Embora os dados ainda não sejam conclusivos, entende-se, portanto, que a adaptação pessoal adequada requer o bom desenvolvimento das dimensões da personalidade, conforme descritas neste capítulo.

CAPÍTULO 2

CONCEITUAÇÃO DE CONDUTA DELITUOSA E SUAS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO

2.1 – Breve Conceituação da Conduta Delituosa e sua Relação com o Conceito de Conduta Anti-Social

Vasconcellos, Gouveia, Pimentel e Pessoa (2008) assumem a especificação de *conduta anti-social* como termo que “...faz referência a todas as condutas consideradas socialmente indesejáveis que podem afetar o bem estar social, enquanto que *condutas delitivas* representam uma violação à lei (...) tendo como precedentes as condutas anti-sociais” (pág. 56). Nesta perspectiva, os autores salientam que toda conduta delituosa é, necessariamente, uma conduta anti-social, mas nem toda conduta anti-social é considerada delituosa. Ressaltam, também, que ambas interferem nos direitos e deveres das pessoas e ameaçam o bem estar social. Dessa forma, constituem, juntas, o que se pode denominar *condutas desviantes*.

Le Blanc e Kaspy (1998) também fazem distinção entre as duas categorias de condutas desviantes, nomeando-as: *problemas de comportamento* (promiscuidade sexual, uso de álcool e outras drogas, rebelião escolar e familiar) e *delinqüência* (exemplos: agressões, vandalismo, furto/roubo de pequena ou grande monta, etc.). Pode-se dizer que a definição de *problemas de comportamento* adotada por Le Blanc e Kaspy (1998) está para a definição *conduta anti-social*, adotada por Vasconcellos, Gouveia, Pimentel e Pessoa (2008), assim como a definição de *delinqüência* dos primeiros autores está para a definição de *conduta delitiva* dos últimos.

Ademais de explicitar a diferença entre as condutas desviantes em questão, Le Blanc e Kaspy (1998) verificaram que ambas as categorias tendem a seguir trajetórias desenvolvimentais sincrônicas, ou seja, as duas condutas desviantes tendem a atingir os mesmos níveis de gravidade nos mesmos pontos da vida do indivíduo. Estes estudiosos constaram que os indivíduos que se engajam simultaneamente em trajetórias mais graves e persistentes nos dois tipos de conduta desviantes são aqueles que têm a adaptação social e, principalmente, a pessoal mais comprometidas. Por outro lado, os indivíduos que se inserem, simultaneamente, em trajetórias menos graves para as duas problemáticas, são aqueles que apresentam adaptação social e, principalmente, pessoal mais preservadas. E, dentro do contínuo da adaptação pessoal e social mais comprometida à mais preservada, situam-se os indivíduos que inserem-se em trajetórias mais graves e persistentes de uma das condutas

desviantes e em trajetórias mais moderadas da outra (independente de a mais grave ou menos grave ser problemas de comportamento ou conduta delituosa).

2.2 - Diferentes Níveis de Adaptação Pessoal como Base para Diferentes Trajetórias de Desenvolvimento da Conduta Delituosa

Le Blanc e Loeber (1998), de uma perspectiva desenvolvimental, defendem que os adolescentes que incorrem na delinquência não o fazem de maneira homogênea, pois há muitas variáveis que os diferenciam como, por exemplo, a idade em que praticam seus primeiros delitos, a existência ou não de uma escalada em termos de gravidade de delitos praticados, a frequência de cometimento de delitos, etc. Por meio de extensas revisões bibliográficas, eles verificaram que, apesar de uma certa constância das características da dinâmica envolvida na prática delituosa de adolescentes - a ativação, o agravamento e a desistência -, se denotaria a existência de diferentes trajetórias de desenvolvimento do problema, marcadas por aspectos bastante específicos.

Grosso modo, três trajetórias de desenvolvimento da conduta delituosa foram identificadas: a comum, a transitória e a persistente. Isto foi possível devido à realização de importantes estudos (Fréchette e Le Blanc, 1987b) baseados em métodos de auto-revelação² (em contraposição aos assentados em registros oficiais da delinquência juvenil), que permitiram constatar que aproximadamente apenas 5% da população adolescente se absteria de qualquer prática delituosa.

Este conhecimento passou a indicar que a conduta delituosa poderia ser considerada uma ocorrência muito comum na adolescência, no sentido de a grande maioria dos indivíduos, dessa faixa etária, cometer algum (alguns) delito(s). Esta prática seria, contudo, caracteristicamente ocasional e motivada pela busca de prazer e excitação, ocorrendo quase sempre na presença de amigos, como uma espécie de “atividade recreativa”, para ocupar o tempo livre, além de não ser, em geral, planejada e de não implicar na utilização de instrumentos. Os adolescentes infratores passíveis de serem classificados nesta categoria dita

² A auto-revelação pode ser alvo de críticas como fonte válida de dados de pesquisa, em função de sua susceptibilidade à *desejabilidade social*. No entanto, o fenômeno criminal constitui-se em objeto de estudo difícil de ser estudado com base em dados oficiais, na medida em que é sabido que grande porcentagem de práticas ilícitas não se torna conhecida pelo sistema de justiça, incorrendo-se em elevadas “cifras negras” (Rico, 1977). Portanto, apesar de sua limitação inerente, conforme ela tem sido capaz de desvelar dados que, de outra maneira, não tornar-se-iam conhecidos, defende-se a utilização da auto-revelação como boa fonte de dados para pesquisas nesta área.

“comum” tenderiam a parar espontaneamente o agir delinqüencial, como se essa característica fosse fruto da circunstância de ser adolescente (Le Blanc, 2003a).

No entanto, haveria um outro grupo de adolescentes cuja conduta delituosa manifestar-se-ia em consonância à estruturação de sua personalidade. Estes tenderiam a incorrer freqüentemente na prática de delitos, trilhando, portanto, uma trajetória que poderia ser denominada persistente. Esse grupo se caracterizaria por uma atividade delituosa iniciada em idade precoce (antes mesmo da adolescência), bem como por uma prática que se diversificaria ao ponto de incluir os delitos contra a pessoa. As motivações para a conduta delituosa desse grupo seriam, geralmente, de caráter utilitário, havendo, às vezes, motivações hedonistas. A tendência dos adolescentes que seguem essa trajetória seria a de persistir na delinqüência para além da etapa de desenvolvimento da adolescência (Le Blanc, 2003a).

Entre a “comum” e a “persistente”, destacar-se-ia uma outra trajetória, denominada “transitória”. Alguns autores também a denominam “criminalidade própria da idade” (Fréchette e Le Blanc 1987a; Mauson, *apud* Le Blanc, 2003a) e “conduta criminal limitada à adolescência” (Elliot e cols., *apud* Le Blanc, 2003a). Essa trajetória representa um grupo mais profícuo na produção de delitos, quando comparados aos que descreveriam uma trajetória comum, e que também comete atos de gravidade diversificada. A motivação para a conduta delinqüente nestes resulta da soma de fatores situacionais e pessoais. Mas, como o próprio nome sugere, trata-se de um grupo que limita sua atividade delituosa à fase da adolescência (Le Blanc, 2003a).

De acordo com os levantamentos referentes a estudos empíricos (Le Blanc, 2003a), os adolescentes que desenvolveriam uma “trajetória delituosa comum”, corresponderiam a aproximadamente 45% da população de adolescentes. Os que se desenvolveriam segundo uma “trajetória transitória” corresponderiam a outros 45% dessa população, enquanto que os caracterizados por uma “trajetória persistente” contabilizariam apenas 5% dos adolescentes. Contudo, vale dizer que os adolescentes que se inserem nessa última trajetória, apesar de minoria, seriam os responsáveis por grande parte do total de delitos cometidos registrados (em torno de 50%).

Essa realidade reforça a necessidade de conhecer melhor como se estrutura a personalidade dos indivíduos segundo cada trajetória, para poder se pensar em programas de intervenção e de prevenção específicos.

Fréchette e Le Blanc (1987a) constataram que os adolescentes convencionais, ou melhor, sem envolvimento infracional significativo, se diferenciam dos infratores persistentes quanto à manutenção de estruturas psicológicas melhor adaptadas. Estes autores também

observaram que os déficits neste plano, mesmo em meio aos adolescentes que incorrem em atos infracionais, variavam conforme a intensidade do agir ilícito. Em outras palavras, os estudos destes autores começaram a denotar uma forte correlação entre diferentes trajetórias de desenvolvimento da problemática e aspectos do desenvolvimento da personalidade dos adolescentes.

Morizot e Le Blanc (2003b) investigaram empiricamente a relação entre comportamento anti-social e tipos desenvolvimentais de personalidade. Em um desenho de pesquisa longitudinal, os pesquisadores coletaram dados de personalidade (desinibição, emocionalidade negativa e extroversão) e de comportamentos anti-sociais junto a todos os adolescentes judicializados (n = 470) pela Corte da Juventude de Montreal entre a segunda metade de 1974 e a segunda metade de 1975. Na primeira ocasião de coleta de dados, os participantes da pesquisa contavam com 15 anos. Repetiu-se a coleta de dados com os mesmos instrumentos em mais três ocasiões, quando os participantes tinham em média 17, 30 e 40 anos. Os resultados apontaram para correlações entre mudanças nos traços de personalidade e mudanças no comportamento anti-social. Tais resultados, embora ainda dependentes de futuras pesquisas que permitam delinear melhor as diferentes tipologias de personalidade e seus fatores etiológicos, vêm reforçar a importância da adaptação pessoal para compreender as diferentes trajetórias delinqüenciais.

CAPÍTULO 3

A PERSONALIDADE COMO VARIÁVEL ASSOCIADA À CONDUTA DELITUOSA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL E INTERNACIONAL

3.1- Revisão Bibliográfica Nacional

Para a verificação do estado da produção científica nacional sobre o tema, consultaram-se as bases de dados bibliográficos *scielo* e *lilacs*. A primeira das bases mencionadas não recupera publicações com a utilização concomitante das palavras “*adolescentes*”, “*delinqüência*” e “*personalidade*”. Já a segunda base recupera, sem restrições de data de publicação, 09 trabalhos científicos a partir das palavras “*adolesc\$*”, “*delinq\$*” e “*personalidade*”.

Dos títulos recuperados, o mais antigo é de 1982. Trata-se de uma publicação de um autor brasileiro nos Anais de um Seminário sobre Delinqüência sediado na cidade de São José (Costa Rica), mas que, contudo, não está acompanhado de resumo.

Os outros 08 títulos recuperados datam entre os anos 2000 e 2006.

Um trabalho entre esses 08 títulos não é de fato brasileiro, trata-se de uma publicação chilena que investiga as bases genéticas do comportamento violento através de estudos de gêmeos monozigotos criados juntos ou em diferentes contextos (Jara e Ferrer, 2005).

Restam, portanto, 07 títulos dos quais 05 se teve acesso na íntegra e os outros 02 puderam ter acessados somente os seus resumos.

Os trabalhos que se pôde acessar pelos resumos referem-se:

1) A uma investigação da influência do alcoolismo paterno sobre o desenvolvimento sócio-emocional de crianças, bem como a investigação da variável sexo da criança como moderadora do efeito da variável independente (alcoolismo paterno) sobre a variável dependente (desenvolvimento sócio-emocional da criança) (Furtado, Laucht e Schimdt, 2006) e;

2) A uma investigação da literatura médica para demonstrar como as idéias de degeneração permearam os conceitos de delinqüência, influenciando de maneira importante em tal conceito (Assumpção Júnior e Kuczinski, 2000);

Os 04 trabalhos lidos na íntegra estão resumidos como se segue:

Diniz (2001) investigou pareceres psicológicos confeccionados por profissionais que atuavam em instituições de internação para adolescentes que cumpriam este tipo de medida socioeducativa, bem como investigou o uso feito do discurso destes pareceres por juízes,

promotores e defensores. A autora concluiu que tal discurso colaborou para a estigmatização da juventude empobrecida no Brasil, reforçando a dicotomia carente/delinquente. A autora constatou também que a elaboração de perfis de personalidade dos adolescentes era calcada na patologização e na culpabilização da família.

Feijó (2001) procedeu à investigação de um grupo de adolescentes infratores e de outro grupo de não infratores pertencentes à mesma família dos primeiros (irmãos ou primos) a fim de conhecer quais características diferenciavam um grupo do outro, em termos de atribuição de causalidade e percepção que os adolescentes têm do clima familiar. As principais características que diferenciaram os grupos de não-infratores dos infratores são as que seguem: estrutura familiar mais preservada e maior contato com a família estendida (o que pode ser traduzido em maior suporte social e supervisão), desenvolvimento de um sentimento de responsabilidade precoce e motivação à tarefa.

Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini e Hutz (2005) revisaram publicações científicas relativas ao comportamento anti-social. Os autores examinaram a relação entre o comportamento anti-social e o Transtorno Desafiador Opositivo, o Transtorno da Conduta, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e o Transtorno de Personalidade Anti-social, discutindo os fatores que contribuiriam para a estabilidade desse comportamento na transição da infância para a adolescência e os prejuízos decorrentes ao longo do desenvolvimento. Os autores, adotando uma perspectiva desenvolvimental, explicam como transtornos próprios da infância, tais como o Transtorno Desafiador Opositivo e/ou Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade evoluem para Transtorno de Conduta na adolescência e Transtorno de Personalidade Anti-social na vida adulta, caso o meio social vá reforçando estes modos de funcionamento/enfrentamento do indivíduo.

Andrade (2005) pesquisou a prevalência de transtornos psiquiátricos em amostras de adolescentes infratores utilizando, para tanto, o *Schedule for Affective Disorders and Schizophrenia for School-Aged Children Lifetime Version* (K-SADS-PL). A pesquisadora constatou maior prevalência de transtornos psiquiátricos em sua amostra em comparação com a população geral de mesma faixa etária. As patologias de maior prevalência foram Transtorno de Conduta, Transtorno Desafiador Opositivo, Transtornos Depressivos, Transtornos Ansiosos, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e abuso e dependência de álcool e de drogas ilícitas.

Também com o objetivo de estudar a prevalência de transtornos psiquiátricos em adolescentes infratores, com ênfase nas co-morbidades, Pinho e cols.³ (2006) administraram o instrumento *Morbidade Psiquiátrica do Adolescente em Conflito com a Lei* (MPACL), desenvolvido especificamente para o estudo, junto a 290 jovens infratores de ambos os sexos, privados de liberdade. Os pesquisadores observaram que 75,2% da população estudada obtiveram algum diagnóstico de transtorno psiquiátrico e 35,86% obtiveram mais de um diagnóstico (co-morbidade). Os transtornos por uso nocivo de substâncias psicoativas são os que aparecem mais uniformemente combinados com outros transtornos (transtorno de conduta e transtornos depressivos, por exemplo). Os autores destacaram a alta prevalência de transtornos de conduta (14,8%) na discussão da pesquisa, uma vez que tal patologia apresenta fator social relevante.

Schimitt, Pinto, Gomes, Quevedo e Stein (2006), partindo das evidências apontadas pela literatura de que a personalidade psicopática é um fator de risco para o cometimento de atos infracionais contra a vida, administraram o *Hare's Psychopathy Checklist Revised* (PCL-R) a 48 adolescentes do sexo masculino, com idade entre 16 e 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de internação, que não apresentavam transtornos psicóticos, transtornos do humor, síndrome cerebral orgânica e/ou retardo mental e história de traumatismo craniocéfálico. Do total de participantes, 24 eram autores de atos infracionais contra a vida (homicídio, latrocínio, tentativa de homicídio, estupro, assalto a mão armada e lesões corporais decorrentes de tortura), constituindo o grupo denominado “grave”. Os outros 24 participantes foram autores de atos infracionais considerados não graves por não terem correlação direta com intenção de matar, humilhar, submeter e provocar sofrimento à vítima, constituindo o que foi denominado grupo “controle”. O grupo grave atingiu média estatisticamente significativa maior que o grupo controle nos escores de psicopatia (atualmente designado Transtorno de Personalidade Anti-Social; American Psychiatric Association, 2000). O conceito de personalidade psicopática subjacente a este estudo é caracterizado por diminuída capacidade para o remorso, frieza emocional e pobre controle de impulsos que levam à ausência de identificação e de desconforto com o medo e o sofrimento de outras pessoas, assim como à ausência de sentimentos de culpa.

Com base nesse levantamento, constata-se, então, a divulgação de poucos trabalhos nacionais que se ocuparam da investigação de variáveis psicológicas associadas à conduta delituosa. Aqueles que o fizeram, basearam-se preponderantemente em classificações

³ Artigo não indexado à base de dados bibliográficos *lilacs*.

nosológicas e apenas dois deles parecem adotar claramente uma perspectiva desenvolvimental do problema em foco no presente estudo (Feijó, 2001; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini e Hutz, 2005).

3.2- Revisão Bibliográfica Internacional

3.2.1 – Estudos de Revisão

Em virtude do grande volume de publicações internacionais referentes ao tema, selecionaram-se, a princípio, estudos de revisão que se ocuparam de investigar o desenvolvimento da personalidade de adolescentes infratores, encontrados nas bases de dados: *web of science, psycinfo, medline, Cochrane BVS e ADOL*, a partir das palavras-chave *adolesc**, *delinq**, *personality* e *review*.

Objetivando ampliar a compreensão dos mecanismos neuropsicológicos que podem influenciar a expressão de comportamentos agressivos e violentos em adolescentes, Teichner e Golden (2000) empreenderam uma revisão crítica da literatura sobre o tema. A despeito das limitações metodológicas dos estudos revisados, os autores constataram que fatores neuropsicológicos têm sido sistematicamente associados a comportamentos agressivos em adolescentes.

Não obstante, considerando que o impacto de qualquer prejuízo cerebral será diferente na produção da agressividade (dependendo de fatores anteriores a tal prejuízo, do local do dano cerebral, da idade em que o prejuízo cerebral ocorre, do ambiente no qual a criança vive após o prejuízo, da capacidade do cérebro em compensar os danos sofridos, etc.), os autores propuseram uma classificação dos adolescentes agressivos em diferentes subtipos, conforme o dano neurológico sofrido (1- disfunção precoce de áreas subcorticais cerebrais; 2- prejuízos anteriores à idade escolar das áreas temporais-parietais do hemisfério dominante; 3- prejuízos anteriores à idade escolar das áreas temporais-parietais do hemisfério não-dominante e; 4- prejuízos antes da adolescência da região pré-frontal do cérebro).

Teichner e Golden (2000) salientam que os estudos revisados apontam que os adolescentes que apresentam prejuízos cognitivos, quando submetidos a eventos ambientais prejudiciais (desorganização familiar, abuso físico e/ou sexual, violência doméstica e supervisão parental deficitária, entre outros), têm seus riscos aumentados para o desenvolvimento de desordem de conduta e abuso de substâncias. Esta constatação enfatiza o

caráter interacionista entre fatores pessoais (neuropsicológicos) e sociais na produção de comportamentos desviantes.

Outro artigo de revisão encontrado no levantamento bibliográfico (Martens, 2000) ocupou-se de sistematizar as evidências fornecidas por pesquisas epidemiológicas quanto às relações entre as desordens de personalidade (anti-social, psicopática⁴ e dissocial) e delinqüência, bem como explicitar o que os estudos empíricos têm oferecido como pistas para entender as causas dessas desordens, seus cursos no decorrer do ciclo de vida e remissão (ou reabsorção dos sintomas).

Embora Martens (2000) defenda que as desordens mencionadas no parágrafo anterior constituam quadros clínicos diferentes, ele aponta para algumas características comuns entre elas: irresponsabilidade, egocentrismo, falta de consciência, desadaptação social, pobre desenvolvimento das relações interpessoais e comportamento impulsivo e agressivo. Tais características, independentemente de estarem associadas à outra sintomatologia que serve para descrever determinado quadro clínico, constituem-se em características típicas de uma adaptação pessoal mais egocêntrica, conforme descrita no referencial adotado para o presente estudo.

No que se refere às relações entre as desordens de personalidade citadas e delinqüência, Martens (2000) cita autores que constataram que apenas minoria dos portadores de desordem de personalidade anti-social entra em conflito com a lei e que apenas metade de pessoas cumprindo pena de reclusão atende aos critérios diagnósticos para esta desordem.

Assim, estes estudos impõem cautela para a associação direta entre delinqüência e os transtornos de personalidade citados, na medida em que fica implícito que outras variáveis independentes concorrem para a produção do fenômeno.

No entanto, deve-se considerar que a prevalência dos transtornos em questão é bastante mais elevada dentre pessoas em conflito com a lei que na população geral. Underwood, Barretti, Storms e Safonte-Strumolo (2004), em um artigo de revisão, mencionam que a literatura aponta consistentemente para uma taxa de prevalência de 2,5 vezes, ou mais, maior de transtornos mentais entre adolescentes envolvidos com o sistema de justiça, em relação à população geral de adolescentes.

É interessante notar que, assim como se verifica uma tendência de a conduta delituosa persistente ser reabsorvida em torno dos 40 anos, Martens (2000) faz menção a pesquisas que demonstraram que os sintomas das desordens de personalidade anti-social e psicopática

⁴ Designação substituída por *Transtorno de Comportamento Anti-Social*

também tendem a enfraquecer-se até quase desaparecerem nesta faixa etária. Este último dado pode sugerir que, a despeito de uma relação direta entre delinquência e transtornos de personalidade, as duas problemáticas possivelmente têm raízes comuns, no sentido de que são frutos dos processos de aquisições desenvolvimentais adaptativas marcadamente deficitárias, sendo que a tendência de desenvolvimento, ao longo do ciclo de vida, mesmo após longa trajetória de desadaptação, é a de tornar-se cada vez mais adaptado.

Lovett e Sheffield (2007) revisaram 17 estudos empíricos que se ocuparam de investigar a relação entre agressividade e empatia afetiva em crianças e adolescentes. Os estudiosos assumiram que empatia refere-se a sentimentos mais congruentes com a situação alheia do que com a própria situação, conforme a definição de Hoffman (2000). Os autores concluíram que há inconsistências na literatura em relação aos resultados de pesquisa que operacionalizam e associam os dois construtos. No entanto, observaram que os dados da maioria das pesquisas revisadas não permitiram correlacionar agressividade e empatia para amostras de crianças, enquanto que a maioria dos estudos realizados com amostras de adolescentes resultou em correlações negativas entre agressividade e empatia.

Em congruência com o referencial teórico adotado para o presente estudo, se presume que um grau de desenvolvimento psicológico mais aloccêntrico requer boa capacidade empática, e que esse regula o comportamento num sentido mais adaptativo.

3.2.2 – Estudos com dados empíricos publicados nos últimos 05 anos

A parte às revisões, buscou-se nas bases de dados *medline* e *psycinfo* títulos referentes a estudos empíricos publicados em diversos periódicos especializados, entre os anos 2003 e 2008, com as palavras-chave *adolesc**, *delinq** e *personality*, inseridas concomitantemente no sistema de busca avançada. Especificou-se na busca, que as palavras-chave inseridas deveriam aparecer nos resumos, a fim de filtrar trabalhos que não tivessem relações mais diretas com o tema.

No contexto desse levantamento bibliográfico, encontra-se na literatura trabalhos que buscam relações entre comportamento delituoso e psicopatia.

Representam essa categoria os trabalhos de Vincent, Vitacco, Grisso e Corrado (2003) e de Campbell, Porter e Santor (2004). Os primeiros autores verificaram que um grupo de adolescentes com psicopatia⁵ apresentava problemas de conduta e engajamento em condutas

⁵ Idem à observação da nota (4).

delituosas muito mais precocemente que adolescentes infratores que não possuíam este diagnóstico.

Os resultados encontrados por de Campbell, Porter e Santor (2004) também reforçam a associação entre psicopatia⁶ e engajamento em condutas delituosas mais graves. Eles verificaram mais altos escores de psicopatia em grupos de adolescentes caracterizados por eles como *violentos* (que já tinham cometido mais de um ato violento e nenhum ato não-violento) e *versáteis* (que já tinham cometido mais de três atos violentos e não-violentos) quando comparados com um grupo não-violento (formado por adolescentes que haviam cometido apenas atos não-violentos).

O estudo de Leech, Day, Richardson e Goldsmith (2003) representa a categoria de estudos em que se adota a perspectiva desenvolvimental para compreender o engajamento de adolescentes em condutas delituosas. Estes autores verificaram as relações existentes entre características psicológicas de crianças, aos três e aos 10 anos, e a presença ou não de comportamento delituoso aos dez anos. Os autores constataram que crianças menos tímidas, com altos níveis de instabilidade emocional e baixo quociente intelectual, aos três anos de idade, eram as mais propensas a produzir mais altas taxas de comportamento delituoso. Além disso, os autores também constataram que as características psicológicas medidas aos dez anos mediavam o efeito das medidas realizadas aos três anos, ou seja, quando as características psicológicas medidas aos dez anos apareciam como mais adaptativas, eram amenizados os efeitos menos adaptativos da medida aos três anos na produção de comportamento delituoso. Este estudo também corrobora a idéia de que a adaptação psicológica regula o grau de engajamento em trajetórias delinqüenciais.

Objetivando identificar variáveis de personalidade, da família, dos pares e ecológicas associadas com a violência em adolescentes colombianos, Brook e cols. (2003) entrevistaram 2.837 adolescentes (80%, de fato participaram), entre 12 e 17 anos, de três cidades colombianas. Nas entrevistas coletaram dados sobre: a) o uso de drogas dos próprios adolescentes e o grau de tolerância destes adolescentes aos desvios das normas sociais; b) investigou-se também o uso de drogas por parte dos pais e irmãos, bem como existência ou não de conflitos entre os mesmos e seus pais; c) também foram colhidos dados sobre o comportamento dos pares dos participantes (se faziam ou não uso de drogas e se apresentavam ou não comportamentos desviantes); d) investigou-se também a disponibilidade de drogas ilícitas e a prevalência da violência na comunidade; f) por fim também foram

⁶ Idem à observação (4).

colhidos auto-relatos dos participantes quanto à frequência em que se engajavam em comportamento violento. Os resultados indicaram que as variáveis mais fortemente associadas ao comportamento violento dos adolescentes eram a violência sofrida por estes adolescentes e o uso de drogas por parte dos próprios adolescentes respondentes. Outras variáveis associadas, porém menos fortemente, foram: tolerância ao desvio das normas sociais, uso de drogas por parte dos pares, freqüentação de pares desviantes e exposição à violência da televisão. Os autores concluíram que os domínios da personalidade, de atitudes, comportamentais, familiares, de pares e ecológicos são potenciais focos de prevenção e intervenção, uma vez que todos eles demonstraram ter um efeito direto na violência dos adolescentes.

Representando a categoria de estudos que investigaram características psicológicas para explicar a reincidência de cometimento de ato infracional, cita-se o estudo de Katsiyannis, Zhang, Barrett e Flaska, (2004), que caracterizou os adolescentes reincidentes como um grupo apresentando necessidades menos intensas de aprovação e suporte de outros, indicando tendência ao estabelecimento de relacionamentos permeados pela desconfiança e desengajamento, características próprias de indivíduos que permanecem em um estado de desenvolvimento mais egocêntrico, conforme o explicitado anteriormente.

Hasking (2007) defende que as variáveis que regulam o comportamento delituoso são a *sensibilidade a recompensas* e as *estratégias de enfrentamento*. A primeira variável, segundo a estudiosa, seria mais distal, no sentido de constituir-se em uma predisposição para o agir delinqüencial. A segunda variável seria mais proximal, no sentido de moderar os efeitos da primeira sobre a conduta delituosa. Nesse sentido, a estudiosa formulou a hipótese de que adolescentes que apresentassem altos níveis de sensibilidade a recompensas tenderiam a apresentar mais altos níveis de comportamento delinqüencial. Não obstante, conforme as estratégias de enfrentamento usadas pelos adolescentes fossem de evitação, ou fossem estratégias mais adequadas, os efeitos dos níveis de sensibilidade a recompensas se fariam mais ou menos intensos, respectivamente, na produção da conduta delituosa. A autora se valeu de uma amostra de 246 adolescentes (146 do sexo feminino e 113 do sexo masculino) e pôde confirmar a relação entre estratégias de enfrentamento e conduta delituosa, mas não constatou efeito da sensibilidade a recompensas sobre esta conduta. A autora discute seus resultados em função das características de sua amostra que foi extraída da população geral e, portanto, não apresentava altos níveis de delinqüência, defendendo que a relação entre sensibilidade a recompensas e conduta delituosa fica mais evidente entre adolescentes com níveis delinqüenciais mais altos.

3.2.3 – Estudos que relacionam a Depressão à Conduta Delituosa

Por fim, os estudos abaixo representam a categoria de investigações encontradas (sob os mesmos descritores e nas mesmas bases em que foram recuperados os trabalhos descritos acima) que relacionam depressão e delinquência.

Stefurak, Calhoun e Glaser (2004), administraram o *Millon Adolescent Clinical Inventory* (MACI) a 103 adolescentes internados por um tempo que varia de 01 a 02 meses em razão de cometimento de ato infracional. Os resultados das 12 escalas de personalidade que compõem o instrumento foram submetidos a uma análise de *clusters* a fim de se verificar em quantos grupos os dados poderiam ser agrupados a partir da menor diferença possível entre eles no interior dos grupos (homogeneidade intra-grupos) e a maior diferença possível destes dados entre os grupos (heterogeneidade entre grupos). A análise resultou na formação de 04 conglomerados:

a) Anti-sociais desviantes (n=13), constituído por um grupo de adolescentes infratores que tendem a não considerar o direito dos outros, apresentando emocionalidade superficial e comportamento opositivo;

b) Anti-sociais complacentes (n=18), constituído por um grupo de adolescentes infratores que tendem à dramatização e aos problemas de conduta especificados no grupo *a*, mas com menor grau de severidade;

c) pró-sociais ansiosos (n=31), constituem o grupo menos patológico, caracterizados por um perfil que sugere um desejo de aderir e prestar atenção às normas sociais e;

d) reativos depressivos (n= 41), que se apresentam como depressivos, inseguros e ambivalentes emocionalmente.

Os autores observaram que os anti-sociais desviantes e os reativos depressivos seriam os que apresentariam mais dificuldades em termos de gerenciamento dos próprios comportamentos, sendo, portanto, os mais reativos perante situações percebidas como ameaçadoras. Os dois perfis seriam semelhantes em termos da severidade da conduta delituosa, no entanto, seriam diferentes em termos da predominância de problemas de externalização (maior no conglomerado *a*), em contraste à predominância de problemas de internalização (maior no *d*).

Observa-se que o conglomerado que encerrou o maior número de participantes é o *d* (reativos depressivos), o que sugere a importância de se considerar os problemas de internalização (depressão, por exemplo) na explicação da conduta delituosa.

Com base nas evidências fornecidas por estudos empíricos que demonstraram que o diagnóstico de depressão constitui fator de risco para problemas de conduta e vice-versa, Beyers e Loeber (2003) investigaram as relações entre humor depressivo e delinquência, acompanhando longitudinalmente uma amostra de 506 adolescentes dos 13,5 aos 17,5 anos a fim de: 1) verificar se a associação entre as duas problemáticas persistiria quando os outros fatores de risco fossem controlados e; 2) se uma problemática também seria capaz de prever a outra em um desenho longitudinal, tal como o evidenciado em estudos transversais. Resultaram das investigações que o humor depressivo continua associado à delinquência quando os outros fatores de risco são controlados, sendo a depressão uma problemática que parece ter mais efeitos sobre a delinquência que o contrário.

Akse, Hale, Engels, Raaijmakers e Meeus (2007) administraram questionários a 338 adolescentes, com o propósito de avaliar níveis de depressão, conduta delituosa e características de personalidade. Os dados colhidos nesta pesquisa revelaram que as características de personalidade dos participantes tiveram efeito moderador sobre as associações entre conduta delituosa e depressão. Tais resultados conduziram à interpretação de que a conduta delituosa e a depressão entre adolescentes não seriam, de fato, problemáticas que se inter-influenciam, mas que constituiriam problemas de adaptação paralelos, funções de um terceiro fator que as regulariam.

Ritaklio, Kaltiala-Heino, Kivivuori, Luukkaala e Rimpelä (2006), estudando amostras de adolescentes finlandeses infratores, constaram que aqueles que atendiam critérios diagnósticos para serem considerados deprimidos tinham trajetórias delinqüenciais diferentes daqueles que não atendiam tais critérios. Os deprimidos tendiam a cometer atos infracionais diversificados, enquanto os não-deprimidos tendiam a especializar-se, cometendo sempre os mesmos atos infracionais. Este dado vem alertar para a diferença de manifestação da depressão associada a diferentes trajetórias de conduta delituosa.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DE ADOLESCENTES ENGAJADOS EM CONDUTA DELITUOSA

A possibilidade de avaliar adolescentes e a percepção que têm de seu meio, a fim de verificar a existência de fatores associados à prática delituosa, bem como a possibilidade de discriminar as diferentes trajetórias de desenvolvimento do problema do engajamento em atividades delituosas é algo que pode ser muito valioso para pensar programas de prevenção e de intervenção de ajuda que sejam mais condizentes às necessidades de cada adolescente. Portanto, instrumentos que sejam capazes de efetuar tal avaliação, levando em conta as discriminações a serem feitas são muito importantes para uma abordagem mais aprofundada do problema, na medida de sua complexidade.

Por meio da revisão de estudos que tiveram a personalidade de adolescentes que incorrem em prática delituosa como objeto de investigação, foi possível constatar o nome de alguns instrumentos amplamente utilizados para tal fim, em meio aos quais destacam-se o *Psychopathy Checklist/ Youth Version* - PCL/YV (Hare, 2003), o *Youth Level of Service/ Case Management Inventory* - YLS/CMI (Hoge e Andrews, 2002), o *Massachusetts Youth Screening Instrument* - MAYSI (Grisso e Barnun, 2006), o *Millon Adolescent Clinical Inventory* - MACI (Millon, 1993), *Balloon Analogue Risk Task* - BART (Lejuez e cols., 2002) e o *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* - MMPI (Butcher e cols., 1992).

Preocupados com os dados sobre os quais o sistema de justiça canadense tem se apoiado para tomar suas decisões quanto às medidas que devem ser aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais, Marczyk, Heilbrun, Lander e DeMatteo, (2005) realizaram um estudo para verificar se os fatores de risco que estão envolvidos na prática destes atos estavam bem representados na tomada dessas decisões. Para tanto utilizaram o PCL/YV, o YLS/CMI e o MAYSI. Os autores constataram que os três instrumentos mencionados representam bem os fatores de risco, defendendo-os como meios para avaliar os adolescentes de um modo mais sistematizado. Esse estudo elucida a tendência atual, no meio científico, no sentido de envidar esforços para desenvolver meios mais sistematizados, padronizados, válidos e confiáveis para avaliar problemas de forma a embasar as tomadas de decisões concernindo os adolescentes infratores.

Le Blanc (2001), em seu turno, em um estudo de revisão das estratégias de avaliações clínicas usadas junto a adolescentes infratores, aponta para a escassez de instrumentos que atendam a alguns critérios, tais como: a *compreensão* (o fato de que as causas da delinquência juvenil são multidimensionais impõe a necessidade de que os instrumentos que a avaliam

considerem uma ampla variedade de fatores); e a *parcimônia* (embora compreensivo, um instrumento de avaliação fica inviabilizado se não for de aplicação prática, portanto o instrumento deve representar os diferentes fatores que concorrem para a ocorrência da delinquência, porém limitando-se aos mais pertinentes, àqueles que se denomina ativos, de acordo com as pesquisas recentes).

Segundo o autor, tal escassez se faz ainda mais evidente quando se busca instrumentos *padronizados* e que apresentem boas qualidades psicométricas, tais como *fidedignidade* e *validade*.

A padronização, ou seja, a fixação de critérios para um instrumento, é importante, pois normatiza a sua administração e a sua interpretação, permitindo melhor comunicabilidade dos resultados obtidos e, além disso, possibilita a comparação objetiva de tais resultados entre diferentes indivíduos. A fidedignidade de um instrumento é expressa no seu índice de precisão que reflete a consistência dos resultados obtidos; quanto mais preciso for um instrumento, mais isento de erros de medida ele será; o índice de confiabilidade reflete qual a estabilidade de respostas que se pode esperar na aplicação de um dado instrumento. A validade de um instrumento refere-se ao quanto ele realmente consegue medir o fenômeno para o qual foi designado. Ou seja, um instrumento válido e fidedigno é aquele que realmente mede o que pretende medir de uma forma precisa (Gil, 1995; Richardson, 1985).

Considerando tais critérios (compreensão, parcimônia, padronização, confiabilidade e validade), Le Blanc (2001) defende a existência de apenas dois instrumentos, que se servem à avaliação da personalidade dentre a população adolescente, que os atende: o YLS/CMI (Hoge e Andrew, 2002) e o *Measuring Adolescent Social and Personal Adaptation – Quebec* (MASPAQ). Este último, desenvolvido sob a perspectiva da Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa, é elaborado com *base no adolescente*, ou seja, repousa na consideração fundamental de que as informações mais importantes para a tomada de decisões e para a intervenção é a percepção do próprio adolescente acerca de si mesmo, de sua vida e situação. Mesmo que essa fonte de dados envolva distorções da realidade, deficiência de memória, interpretações pessoais das experiências, fabulações, etc., a percepção que o adolescente tem de sua situação é o material mais básico e necessário quando adolescentes são avaliados.

Outra qualidade do MASPAQ é seu forte embasamento teórico e empírico, ancorado na Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa (Le Blanc, 2001).

Cumprir informar que o referido instrumento já foi adaptado e validado para uso em alguns países, para além do Québec - Canadá: Espanha (Le Blanc e cols., 2004); França,

(Brandibas, G. com a colaboração de Le Balnc, em curso) e; Argélia – na África do Norte (Bergheul, 2004).

Faz-se necessário esclarecer que o MASPAQ não é um instrumento em si, mas um conjunto de instrumentos que permitem avaliar a adaptação pessoal e social de adolescentes, ou seja, trata-se de um conjunto de instrumentos que operacionalizam a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa. Alguns dos inventários e questionários que compõem o MASPAQ, sobretudo no plano da regulação pessoal, foram desenvolvidos por outros estudiosos (Carl Jesness, Hans Eysenck e Aaron Beck).

A aplicação integral do MASPAQ, inicialmente, durava aproximadamente nove horas e incluía entrevistas estruturadas e semi-estruturadas que abordavam o comportamento desviante, a experiência social e alguns testes psicológicos. Após 25 anos de pesquisas longitudinais, o instrumento, no formato atual, enquanto um questionário que pode inclusive ser auto-aplicado, requer cerca de duas horas para sua aplicação. Ele compreende 10 escalas, dentre as quais, três avaliam a adaptação pessoal, além de se poder aplicar uma ou outra delas separadamente. Dentre as outras 07 escalas, há uma que serve à identificação dos respondentes (solicita dados demográficos gerais) e as outras 06 cobrem o construto *adaptação social*⁷.

O MASPAQ é pertinente a crianças e adolescentes com idade variando de 10 a 18 anos, de ambos os sexos, e de qualquer grupo étnico.

4.1 - As três escalas que avaliam a Adaptação Pessoal no MASPAQ.

O *Inventário de Depressão de Beck* (BDI) é um dos três instrumentos utilizados para avaliar a adaptação pessoal uma vez que existem evidências de que aqueles que incorrem em atos infracionais tendem a apresentar indicadores mais altos de depressão (Durham, 1999; Ritakallio, Kaltiala-Heino, Kivivuori e Rimpelä, 2004). Os outros dois instrumentos de investigação da adaptação pessoal são o *Inventário de Personalidade de Jesness* (IPJ) e o *Inventário de Personalidade de Eysenck* (IPE), ambos oferecendo medidas que permitem conhecer em que ponto o desenvolvimento psicológico do adolescente avaliado se situa no continuum entre o estado egocêntrico e o aloicêntrico, de acordo com as dimensões citadas no capítulo 1.

⁷ Que não é foco do presente estudo.

As referidas dimensões se desdobram em parâmetros que, por sua vez, se desdobram em traços secundários operacionalizados nos itens dos instrumentos de avaliação, oferecendo os índices de medida, conforme se pode visualizar no **Quadro 1**.

Quadro 1. As dimensões da personalidade e suas medidas⁸.

SETORES	PARÂMETROS	TRAÇOS SECUNDÁRIOS	ÍNDICES DE MEDIDA ⁹
PSICOSSOCIAL	Primitivismo	<i>Egotismo</i>	- Autismo (IPJ) - Psicotismo (IPE)
		<i>Fatalismo</i>	- Orientação aos valores das classes populares (IPJ) - Propensão à Delinquência (IPE)
		<i>Irrealismo</i>	- Imaturidade (IPJ) - Recalque (IPJ) - Fraqueza do Ego
	Hipossocialismo	<i>Conceito de si difuso</i>	- Desadaptação social (IPJ) - Dessocialização
		<i>Ineficiência Social</i>	- Índice de associabilidade (IPJ)
	PSICOAFETIVO	Insegurança	<i>Ansiedade</i>
<i>Sentimento de Alienação</i>			- Alienação (IPJ)
<i>Repressão</i>			- Retraimento (IPJ) - Negação (IPJ)
Negativismo			<i>Agressividade</i>
		<i>Suspeição</i>	- Tendência Paranóide
		<i>Aloplastia</i>	- Extroversão (IPE)
PSICORREALACIONAL	Isolamento	<i>Empobrecimento Interpessoal</i>	- Diferenças percebidas na relação com figuras/papéis
PSICOCOGNITIVO	Fraqueza Intelectual	<i>Subnormalidade</i>	- Coeficiente intelectual não verbal

O *Autismo*, a *Orientação aos Valores das Classes Desfavorecidas*, a *Imaturidade*, o *Recalque*, a *Desadaptação Social*, o *Índice de Associabilidade*, a *Ansiedade Social*, a *Alienação*, o *Retraimento*, a *Negação* e a *Agressividade Manifesta* constituem os 11 índices de medida que compõem o IPJ.

O *Psicotismo*, a *Propensão à Delinquência*, o *Neuroticismo* e a *Extroversão* são medidas oferecidas pelo IPE. Além desses 04 índices de medida expostos no quadro acima, o IPE também oferece medidas de *Impulsividade*, dimensão esta que também é apontada pela

⁸ Baseado no quadro de Fréchette e Le Blanc (1987a, p.198).

⁹ As definições dos índices de medida encontram-se no sub-título 6.2, do capítulo 6 desta Dissertação.

literatura (Kagan e Zentner, 1996; Lynan, 1996; Bassarath, 2001) como estando associada à conduta delituosa.

Smith (1974) comparou resultados obtidos com o IPE com os resultados obtidos com o IPJ aplicados em 153 adolescentes judicializados do sexo masculino. Algumas correlações moderadas entre os índices de medida dos dois instrumentos foram encontradas: a) *Psicotismo* do IPE com *Autismo* do IPJ (0,62); b) *Neuroticismo* do IPE com *Ansiedade Social* (0,55) e com *Retraimento* (0,45) do IPJ. Este estudo permitiu pensar que, em alguma extensão, os dois instrumentos cobrem as mesmas dimensões do construto, mas as correlações não foram suficientemente fortes para defender o argumento de que um instrumento possa ser usado em detrimento do outro.

Tratando especificamente do IPJ, a validade concorrente e preditiva do *Índice de Associabilidade* por ele avaliado foi alvo dos estudos de Graham (1981). Para tanto, a pesquisadora colheu as respostas do inventário junto a quatro diferentes grupos de adolescentes com idade entre 11 e 18 anos, residentes nos Estados Unidos: 1) 35 adolescentes estudantes de escola pública, aos quais nunca havia sido atribuído qualquer ato infracional; 2) 32 adolescentes internados que ainda não haviam sido julgados; 3) 13 adolescentes que estavam cumprindo medida semelhante à prestação de serviço à comunidade (medida socioeducativa em meio aberto, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; Brasil, 1990) e; 4) 46 adolescentes internados e já responsabilizados por pelo menos dois atos infracionais. Uma análise de variância aplicada aos resultados obtidos pelos quatro grupos revelou que em termos de validade concorrente o *Índice de Associabilidade* foi capaz de distinguir os grupos de adolescentes internados e os que prestavam serviços à comunidade entre si e em relação ao grupo controle. A validade preditiva pôde ser estimada, quando um ano após a administração do inventário, 10 dos 32 adolescentes que ainda não haviam sido julgados foram responsabilizados por atos infracionais; verificou-se que a média dos escores desse subgrupo responsabilizado foi significativamente maior no *Índice de Associabilidade*, se comparados com os outros 22 que não foram responsabilizados.

Avaliando também a validade concorrente do IPJ, Martin (1981) realizou um estudo muito parecido ao anterior. O estudioso aplicou o referido inventário a 307 adolescentes, distribuídos em quatro grupos: 1) 80 sem histórico de cometimento de atos infracionais; 2) 77 com problemas de comportamento considerados não muito sérios; 3) 70 internados, mas ainda não julgados e; 4) 70 já responsabilizados para dois delitos ou mais. A medida do *Índice de Associabilidade* se mostrou válida para discriminar cada um dos grupos, denotando-se que as

médias eram cada vez mais elevadas conforme o nível de envolvimento com práticas ilícitas também era mais intenso.

Quanto às medidas de *Desadaptação Social*, *Orientação de Valores*, *Autismo*, *Agressividade Manifesta* e *Negação*, essas se mostraram sensíveis para discriminar os não infratores dos infratores.

Munson e Revers (1986) aplicaram o IPJ junto a um grupo de 141 adolescentes do sexo feminino, cursando o segundo grau em um colégio católico, destinado a estudantes da classe popular, que nunca haviam apresentado nenhum problema de comportamento significativo. Os autores o aplicaram também a outro grupo de 30 adolescentes que concluíram com êxito um programa de tratamento residencial para infratoras, cujas idades e condições socioeconômicas se assemelhavam ao do grupo controle. A hipótese desse estudo era de que após concluir com sucesso um programa de recuperação, o grupo de adolescentes infratoras obteriam escores semelhantes ao do grupo controle no IPJ, considerando as mudanças promovidas pelo programa e a sensibilidade do instrumento em captar tais mudanças.

Resultou das análises com teste *t* que as adolescentes do grupo controle com 16 e 17 anos obtiveram pontuações significativamente mais altas na medida *Orientação a Valores*; o grupo controle de 16 anos também obteve pontuações mais altas na medida de *Imaturidade*; o grupo controle de 15 e 16 também pontuou acima do grupo que recebeu tratamento para medida *Alienação*, o que também foi verificado para o grupo controle de 17 anos em relação à medida de *Agressividade Manifesta*.

Estes resultados foram explicados em função do treino ao qual foram submetidas as adolescentes do grupo que recebeu tratamento. Tais resultados também evidenciaram a sensibilidade do IPJ para captar mudanças em termos de melhor estruturação da personalidade promovidas pelo tratamento.

No entanto, para o *Índice de Associabilidade*, as três idades avaliadas (15, 16 e 17 anos) do grupo que recebeu tratamento pontuaram mais alto. Ou seja, essa medida, mesmo depois do tratamento, que foi capaz de “reverter” os índices da maioria das outras medidas, permaneceu significativamente mais elevada nas adolescentes que já haviam cometido atos infracionais, discriminando-as dos outros grupos.

A essas conclusões falta o suporte de informações adicionais, como as de uma avaliação anterior (no momento em que as adolescentes infratoras chegaram ao centro de tratamento, por exemplo) para, de fato, apreciar o efeito do tratamento dispensado às mesmas.

Munson e La Paille (1984), preocupados em refinar critérios para aceitar ou não adolescentes em centros residenciais de tratamento, encaminhadas por queixas relativas a

problemas de conduta, procederam à avaliação de adolescentes do sexo feminino com o IPJ e o *High School Personality Questionnaire* (HSPQ). As adolescentes responderam ao inventário e ao questionário quando entraram na instituição, sendo que seus resultados foram depois comparados aos de 15 adolescentes que abandonaram o tratamento, e com os de outras 15 que o concluíram. Diferenças significativas foram encontradas indicando que as adolescentes desistentes apresentavam pontuações mais elevadas em sete índices de medida do IPJ: *Desadaptação Social*, *Orientação de Valores*, *Autismo*, *Alienação*, *Agressividade Manifesta*, *Negação* e *Índice de Associabilidade*. Esses resultados podem indicar a validade preditiva do IPJ no que diz respeito ao seu poder de predição quanto ao fato de as adolescentes do sexo feminino possuírem ou não características que as tornam suscetíveis a um tratamento residencial.

Os estudos citados permitem visualizar que o IPJ teve suas qualidades psicométricas testadas principalmente ao longo da década de 80 do século vinte. Para o contexto norte americano este inventário se mostrou válido para discriminar adolescentes convencionais daqueles que se engajam em trajetória de conduta delituosa, bem como demonstrou possuir um poder preditivo quanto ao “potencial de risco” para a continuidade da prática delituosa de adolescentes e capacidade para aferir a suscetibilidade de os adolescentes engajarem-se em programas educativos de tratamento.

Vale ressaltar que a medida *Índice de Associabilidade* é a que tem se mostrado a mais sensível para discriminar entre os próprios adolescentes engajados no cometimento de infrações ou com problemas de conduta, conforme estejam mais ou menos envolvidos nessas práticas.

Em relação ao IPE, algumas investigações visando avaliar suas propriedades foram levadas a cabo. Borduin, Henggeler e Pruitt (1985), por exemplo, administraram o IPE em 140 adolescentes infratores e a 131 não infratores e nos pais de todos eles. Os adolescentes não infratores obtiveram pontuações menos elevadas que os infratores na dimensão *Extroversão*. A dimensão *Neuroticismo* mostrou-se sensível para discriminar mães de infratores e de não infratores, pois os pesquisadores constataram escores significativamente mais altos para as primeiras em relação às últimas. No entanto, os autores pontuaram que análises posteriores dos dados obtidos nesse estudo revelaram que as diferenças encontradas não se deveram propriamente à variável delinquência, mas sim a diferenças entre os grupos avaliados em termos de variáveis demográficas não controladas.

Romero, Luengo e Sobral (2001) ao administrar o IPE, encontraram diferenças significativas para as dimensões *Extroversão*, *Neuroticismo*, *Psicotismo* e *Impulsividade* entre

dois grupos de adolescentes espanhóis da região de Galícia, sendo um grupo composto por adolescentes institucionalizados em razão de cometimento de ato infracional e outro grupo composto por estudantes do ensino regular. As dimensões *Psicotismo* e *Impulsividade* foram as que diferenciaram mais fortemente os dois grupos, seguida da dimensão *Extroversão* e por fim, do *Neuroticismo*.

A fim de verificar se as dimensões de personalidade propostas por Eysenck (*Extroversão*, *Psicotismo* e *Neuroticismo*) eram capazes de discriminar grupos de adolescentes que apresentavam trajetórias persistentes de comportamento anti-social de adolescentes que apresentavam trajetórias limitadas à adolescência de poucos comportamentos anti-sociais, Carrasco, Barker, Tremblay, e Vitaro (2006), empreenderam um estudo longitudinal, coletando dados junto a 868 adolescentes do sexo masculino, residentes em áreas de vulnerabilidade social da cidade de Montreal (Província de Québec – Canadá). Os dados referentes à personalidade foram colhidos uma única vez, quando os adolescentes contavam com 13 anos, utilizando-se o IPE. Os dados referentes aos comportamentos anti-sociais foram colhidos anualmente, quando os participantes tinham entre 11 e 17 anos, através de questionários que incluíam comportamentos de *agressão física*, *furtos* e *vandalismo*. Os resultados revelaram que a *Impulsividade* (componente da dimensão *Psicotismo*) constituiu-se em dimensão preditiva para a trajetória de comportamento anti-social persistente, independente dos três tipos de comportamentos avaliados. A *Impulsividade* (componente da dimensão *Psicotismo*) associada a altos índices de *Energia* (componente da dimensão *Extroversão*) e *Baixa Empatia* (também componente do *Psicotismo*) indicou tendência para desenvolvimento de trajetória persistente de *agressão física*. Altos níveis de *Impulsividade* associados a altos índices de *Ousadia* (componente da *Extroversão*) e baixos níveis de *Empatia* indicaram tendência para desenvolvimento de trajetória persistente de *vandalismo*. Por fim, a *Impulsividade* associada a altos índices de *Ousadia* indicou tendência para desenvolvimento de trajetória persistente de *furto*.

Os três estudos referenciados acima demonstram que o IPE vem sendo usado em pesquisas internacionais e tem fornecido dados que vêm ampliando a compreensão dos desvios de conduta à luz das dimensões da personalidade que permite avaliar.

Reiterando a menção feita anteriormente, a partir da literatura científica, sobre a forte associação entre delinquência e depressão, justifica-se a inclusão do BDI como instrumento para avaliação da adaptação pessoal de adolescentes. Nesse sentido, seguem alguns estudos que utilizaram o referido instrumento na avaliação de adolescentes infratores.

Raynor e Manderino (1988) administraram o BDI a 19 adolescentes infratores, residentes de uma unidade de tratamento, com idades entre 13 e 18 anos, portadores de perturbações emocionais e observaram que dois terços dos respondentes apresentaram escores compatíveis com diagnóstico de sintomas depressivos entre moderados e severos.

Malmquist (1990) avaliou, utilizando o BDI, 30 adolescentes homicidas do sexo masculino e 14 adolescentes homicidas do sexo feminino, clinicamente deprimidos. Todos os participantes atingiram escores que permitiram classificá-los com o diagnóstico de episódio depressivo maior.

Leas e Mellor (2000) avaliaram 108 universitários, com idades entre 17 e 23 anos, através de alguns instrumentos, incluindo o BDI, a fim de investigar quais variáveis, dentre as três investigadas (depressão, propensão a correr riscos e apego parental) eram preditivas em relação ao comportamento delituoso. Os resultados indicaram que as três variáveis independentes eram bastante associadas umas às outras, mas que apenas a depressão e propensão a correr riscos podiam ser consideradas preditivas para o comportamento delituoso.

Por fim, pode-se citar a pesquisa de Dalamanta e Risser (2003). Estes autores avaliaram com o BDI (dentre outros instrumentos) 1.024 adolescentes internados em função de cometimento de ato infracional, com idades entre 11 e 18 anos, de ambos os sexos. Vinte e cinco por cento do total dos respondentes atingiram escores que permitiram classificá-los como portadores de sintomas severos de depressão e 22% atingiram escores que permitiram a classificação de portadores de sintomas moderados de depressão.

CAPÍTULO 5

OBJETIVO DA PRESENTE PESQUISA E JUSTIFICATIVA

5.1 – Objetivo

Tem-se como objetivo geral da presente investigação estudar a *adaptação pessoal* de adolescentes judicializados, devido ao cometimento de atos infracionais, avaliando, para tanto, os indicadores de sua adaptação pessoal, por meio da aplicação dos inventários: IPJ, IPE e BDI, e comparando-os aos de adolescentes não judicializados (sem histórico de cometimento de ato infracional).

O cumprimento deste objetivo fornecerá informações no sentido de saber se os adolescentes que incorrem em prática infracional se diferenciam dos adolescentes convencionais (sem histórico de cometimento de infrações) no que diz respeito à estruturação da personalidade, no contexto brasileiro, ou mais propriamente, no contexto da região de Ribeirão Preto.

5.2- Justificativa

Em um artigo sobre a intervenção de ajuda junto a jovens em conflito com a lei, Le Blanc (2003b) levanta algumas questões, dentre as quais: *A intervenção sócio-jurídica é de fato necessária? Qual é a taxa de sucesso das intervenções? Em que condições as intervenções bem sucedidas se realizam? Quais os meios que podemos acionar pra desenvolver programas para jovens infratores?*

À primeira dessas questões o autor é categórico ao afirmar que sim, que pensar em estratégias de intervenção se faz muito necessário quando se constata os custos pessoais, sociais e econômicos ocasionados pela problemática de adolescentes em dificuldades, sendo estes bastante elevados.

Além disso, quando se considera que apenas os 5% da população de adolescentes são os que se inserem em uma trajetória de conduta delituosa persistente, mas sendo esse pequeno grupo o responsável pela maioria dos delitos cometidos por jovens, tem-se que tal grupo de adolescentes deve ser alvo de investimentos, requerendo que se pense em estratégias de promoção de seu desenvolvimento, uma vez que programas bem orientados para atender às características destes jovens poderiam refletir em uma melhora significativa nas taxas gerais de delinqüência, devido ao grande número de delitos que tendem a cometer.

O autor responde às outras perguntas elencadas acima, apoiando-se na idéia de que para intervir é necessário conhecer as causas de um problema e que, conhecendo as causas, é preciso haver instrumentos que as avaliem. Nesse sentido, evidencia-se a importância dos instrumentos que avaliam a adaptação pessoal dos adolescentes, pois se tratam de instrumentos que tornam possível a elaboração de um diagnóstico, de um prognóstico e a preparação de plano para a intervenção.

Uma vez que os instrumentos de avaliação psicológica IPJ, IPE e BDI constituem as três escalas de adaptação pessoal do MASPAQ e que Fréchette e Le Blanc (1987a) identificaram que são justamente os componentes deste tipo de adaptação que se encontram mais fragilizados nos adolescentes com trajetória persistente de conduta delituosa (também denominada delinquência grave ou distintiva), os objetivos deste trabalho justificam-se.

Verificar se esses inventários discriminam um grupo de adolescentes judicializados de outro grupo convencional, ou seja, sem histórico conhecido de atividade infracional, é um empreendimento que pode contribuir para analisar a viabilidade, ou não, de instrumentos dessa natureza serem empregados em nosso contexto (tudo se considerando o procedimento completo de adaptação dos mesmos), visto que as informações por eles oferecidas podem ser utilizadas para o desenvolvimento de intervenções mais refinadas no que concerne à dimensão psicossocial dos adolescentes. Um estudo comparativo como este deve oferecer pistas sobre quais fatores de desenvolvimento da personalidade são significativos para diferenciar adolescentes judicializados de convencionais.

CAPÍTULO 6

MÉTODOS

6.1- Participantes

Participaram deste estudo um total de 60 adolescentes do sexo masculino. Do total de participantes, 30 compuseram o grupo de adolescentes judicializados (respondendo por medida sócio-educativa de internação em consequência de haverem sido responsabilizados por prática de ato infracional) – **GJ**; os outros 30 participantes compuseram o grupo de adolescentes não judicializados (para os quais não se tem conhecimento de nenhuma responsabilização por ato infracional) – **GNJ**.

Vale dizer que a opção de se trabalhar com grupos formados por pelo menos 30 sujeitos cada baseou-se na intenção de efetuar análises estatísticas paramétricas, com vistas à comparação dos grupos nas diversas medidas.

O GJ foi recrutado em uma unidade de internação da Fundação CASA da região de Ribeirão Preto. No primeiro contato com tal unidade, a coordenadora pedagógica da mesma reuniu os adolescentes de um dos 03 módulos que a compõe (por volta de 50 adolescentes), apresentando a pesquisadora e solicitando que levantassem as mãos aqueles que tivessem interesse em ser colaboradores da pesquisa. Na ocasião, esclareceu-se que a pesquisadora não tinha nenhum vínculo com a Fundação, nem com o sistema de justiça e, portanto, a participação, ou não, na pesquisa não implicaria em benefícios nem prejuízos quanto ao cumprimento da medida socioeducativa a qual estavam submetidos. A princípio, 11 adolescentes apresentaram-se como voluntários e, em outros momentos, conforme a pesquisadora ia até a unidade para coletar os dados junto aos primeiros voluntários, outros adolescentes a abordavam colocando-se a disposição para colaborar com a pesquisa. Nenhum dos 30 adolescentes judicializados que se voluntariaram a colaborar com a pesquisa, recusou-se a completar a sessão de coleta de dados.

A unidade de internação onde foram recrutados os participantes do GJ tem como elegibilidade receber adolescentes primários no que se refere à medida socioeducativa de internação, embora seja possível que estes mesmos adolescentes já tivessem cometido outros delitos, no passado, e até mesmo cumprido outras medidas socioeducativas, inclusive estado em internações provisórias.

O grupo GNJ foi recrutado em três escolas estaduais de Ensino Médio da cidade de Ribeirão Preto. O recrutamento destes participantes foi feito por meio de visitas da

pesquisadora às salas de aula, ocasião em que se fazia uma breve explicação do propósito da pesquisa. Aos alunos que aceitavam colaborar, anotava-se os nomes, entregando-lhes uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para levarem aos responsáveis legais assinar e solicitando-lhes o compromisso de apresentá-lo assinado na data da sessão de coleta que era agendada nesta mesma ocasião.

Dois dos participantes do GNJ foram substituídos em razão de revelarem em entrevista o envolvimento anterior com a polícia, por portarem determinada quantidade de entorpecentes. Portanto, 32 adolescentes colaboraram para compor o GNJ, mas optou-se por utilizar para análise apenas os dados dos 30 jovens que afirmaram não ter tido qualquer envolvimento em práticas delituosas. Foi necessário visitar 09 salas de aula para inteirar o número de colaboradores previsto para a pesquisa, considerando o pareamento que buscou-se estabelecer entre GJ e GNJ, ao menos em termos de idade e sexo.

A idade média do GJ foi de 17 anos e 4 meses, enquanto a do GNJ foi de 17 anos e 2 meses, diferença essa não significativa ($t= 1,515$; $p = 0,135$).

Cumprir dizer que, inicialmente, previa-se fazer um emparelhamento também em relação à variável escolaridade, mas em congruência aos apontamentos feitos por Schmitt, Pinto, Gomes, Quevedo e Stein (2006); Feijó e Assis (2004) e a caracterização de uma grande amostra de infratores realizada por Toledo e Bazon (2005), os adolescentes do GJ apresentaram defasagens na escolaridade significativas (3,1 anos de defasagem, em média). Assim, não foi possível encontrar, na rede regular de ensino, adolescentes com a mesma idade e escolaridade daqueles do GJ, sem histórico judicial por práticas infracionais, para compor o GNJ, inviabilizando-se, assim, o pareamento desejado para esse plano.

Dessa forma, o GNJ foi composto por adolescentes que tinham 9,8 anos de escolarização em média. E o GJ 6,7 anos em média, sendo tais médias significativamente diferentes ($T= 510,000$; $p < 0,001$).

O **Quadro 2** apresenta as informações concernentes à idade e anos de escolaridade para os participantes do GJ e do GNJ.

Quadro 2. Idade e escolaridade dos participantes do GJ e do GNJ.

PARTICIPANTES ANTES	IDADE GJ (em anos e meses)	IDADE GNJ (em anos e meses)	ESCOLARIDADE GJ (em anos)	ESCOLARIDADE GNJ (em anos)
1	16 anos e 11 meses	16 anos e 06 meses	6	10
2	17 anos e 03 meses	17 anos e 03 meses	9	10
3	16 anos e 11 meses	16 anos e 11 meses	4	10
4	17 anos e 08 meses	17 anos e 08 meses	9	10
5	17 anos e 11 meses	17 anos e 11 meses	4	11
6	16 anos e 10 meses	16 anos e 03 meses	9	10
7	17 anos e 11 meses	17 anos e 10 meses	5	10
8	16 anos e 10 meses	16 anos e 02 meses	8	10
9	17 anos e 10 meses	17 anos e 10 meses	8	10
10	17 anos e 05 meses	17 anos e 05 meses	9	9
11	16 anos e 10 meses	16 anos e 05 meses	6	10
12	17 anos e 03 meses	17 anos e 03 meses	6	10
13	17 anos e 03 meses	17 anos e 00 meses	6	10
14	17 anos e 07 meses	17 anos e 07 meses	5	10
15	17 anos e 04 meses	17 anos e 01 mês	6	11
16	16 anos e 04 meses	16 anos e 05 meses	5	9
17	17 anos e 06 meses	17 anos e 07 meses	9	9
18	17 anos e 04 meses	17 anos e 01 mês	7	10
19	17 anos e 02 meses	17 anos e 02 meses	8	9
20	17 anos e 03 meses	17 anos e 02 meses	9	10
21	17 anos e 01 mês	17 anos e 04 meses	6	9
22	17 anos e 01 mês	17 anos e 01 mês	3	9
23	17 anos e 03 meses	17 anos e 02 meses	3	10
24	17 anos e 06 meses	17 anos e 01 mês	6	10
25	17 anos e 09 meses	17 anos e 01 mês	5	10
26	16 anos e 11 meses	16 anos e 11 meses	6	10
27	17 anos e 06 meses	17 anos e 07 meses	9	10
28	17 anos e 08 meses	17 anos e 08 meses	9	9
29	17 anos e 11 meses	17 anos e 11 meses	10	10
30	17 anos e 04 meses	17 anos e 03 meses	8	11
MÉDIAS	17 anos e 04 meses	17 anos e 02 meses	6,7	9,8

6.2- Instrumentos para a Coleta de Dados:

6.2.1- O Inventário de Personalidade de Eysenck (IPE)

O IPE foi adaptado por Eysenck e Eysenck (1971) a partir do *Maudsley Personality Inventory* – MPI (Eysenck, 1959). Segundo os autores, o MPI e o IPE seriam muito semelhantes, embora este último trouxesse algumas vantagens em relação ao primeiro: a) O IPE é constituído de duas formas paralelas A e B (constituídas de 56 perguntas cada uma, às quais os respondentes devem responder com “sim” ou “não”), o que permite que o instrumento seja administrado ao respondente mais de uma vez, eliminando o efeito de memória; b) o IPE foi cuidadosamente reescrito, a fim de tornar seus itens inteligíveis inclusive por respondentes com limitações cognitivas ou baixa escolaridade; c) o índice de

fidedignidade do IPE (mais de 0,85) pelo método do teste e re-teste é mais alto que o do MPI (0,60 a 0,70), mesmo depois de transcorridos muitos meses entre uma coleta de dados e outra e; d) há evidências de que o IPE seja um instrumento válido na medida em que bem operacionaliza o construto personalidade em manifestações de comportamento.

Le Blanc (1994) adaptou o IPE junto a adolescentes quebequenses, para constituir o já referenciado MASPAQ. O citado autor aproveitou questões das duas formas originais, selecionando (após análises de itens) um total de 101 perguntas para compor a versão adaptada, mantendo-se a forma dicotômica de respostas.

O IPE também conta com adaptação para a população quebequense levada a cabo por (Maisonneuve, 1977).

Como já exposto, o IPE fornece os 05 índices que se seguem no **Quadro 3**.

Quadro 3. Índices de Medidas do IPE, suas descrições, número de itens que as compõe e coeficiente de consistência interna *Alpha*.

Índice de Medida	Descrição	Nº itens	Alpha
1) <i>Propensão à delinqüência</i>	Demonstra capacidade para distinguir entre os adolescentes que já foram apreendidos pelo sistema de justiça ou que fazem auto-relatos de muitas condutas anti-sociais e aqueles que não possuem tal histórico.	22	0,78
2) <i>Psicotismo</i>	Denota problemas sérios de personalidade: insensibilidade, sentimento de ser vítima, crueldade, fobia da multidão, gosto exagerado pelo risco e percepção negativa dos pais. A pessoa que obtém escore elevado em tal dimensão é agressiva, fria, egocêntrica, impulsiva, anti-social, antipática.	15	0,65
3) <i>Neuroticismo</i>	Trata-se da tendência à instabilidade emocional (nervosismo, somatização, mudanças de humor, reação de inferiorização, vulnerabilidade, fraqueza moral, constrangimento, busca pela excitação); é também a tendência a ostentar um sentimento de alienação, ou seja, um sentimento de ser vítima ou estar ameaçado (destruição, regressão, sentimento de ser mais infeliz que os outros). O indivíduo que obtém um resultado elevado nesta escala é ansioso, depressivo, tenso, irracional, desconfiado, nutre uma estima de si negativa e com sentimentos de culpa.	22	0,79
4) <i>Extroversão</i>	Trata-se da tendência à exteriorização (orientação em direção a outrem, considerado fonte de gratificação); denota, também, uma fachada de confiança em si, labilidade e impulsividade). O indivíduo que obtém um resultado elevado nesta escala é sociável, ativo, vivaz, pleno de segurança, dominador, descuidado, ele funciona conforme a situação presente, ele procura sensações e aventura.	15	0,62
5) <i>Impulsividade</i>	Revela a tendência a procurar sistematicamente o risco e agir de uma maneira espontânea, irrefletida e involuntária.	27	0,66

Não foram encontrados na literatura, estudos de adaptação do IPE para a população brasileira. Portanto, para que fosse possível sua utilização no presente trabalho, no contexto do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP), procedeu-se à sua tradução e retro-tradução e à análise semântica dos itens do referido instrumento.

Para a análise semântica, utilizou-se o método da saturação (Pasquali, 1998), ou seja, quando as dúvidas e as sugestões dos colaboradores tornaram-se repetitivas, entendeu-se ter coletado elementos suficientes para reescrever os itens de maneira inteligível ao público alvo.

Para este procedimento contou-se com 06 adolescentes do sexo masculino, com idade entre 14 anos completos e 17 anos incompletos, 05 foram recrutados na Escola de Marcenaria da Organização Comunitária Santo Antônio de Maria Claret de Ribeirão Preto/SP e 01 foi recrutado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Monte Alto/SP.

O **Quadro 4** abaixo sintetiza os itens que ofereceram dificuldade de compreensão, comentários da examinadora sobre as dificuldades apresentadas, o número de colaboradores que apresentaram dificuldade para cada item e a reformulação a que se chegou para cada um desses itens.

Quadro 4. Síntese da análise semântica do IPE.

Nº item	Texto do item e trecho assinalado	Comentários	Nº part.	Forma final
1	Você procura freqüentemente a excitação ?	Entendem 'excitação' em sentido sexual	5	Você procura freqüentemente a agitação?
3	Você tem o costume de falar sem pensar bem no que você queria dizer?	-	1	Você tem o costume de falar sem pensar bem no que você queria dizer? ¹⁰
5	A maioria das coisas tem o mesmo gosto para você?	'gosto' também poderia ser para comida	4	As coisas para você parecem todas iguais, sem novidade?
6	Você gostaria de fazer esqui aquático ?	Não sabia o que era 'esqui aquático'	1	Você gostaria de saltar de bung jump?
7	Você é habitualmente indiferente (pouco me importa)?	Entendem 'diferente das outras pessoas'	3	Você é normalmente despreocupado com as coisas (desencanado)?
9	Você acha verdadeiramente difícil dizer não?		1	Você acha muito difícil dizer não para as pessoas?
12	Você se sentiria infeliz por um adolescente ou uma adolescente que está sozinho em um grupo?		4	Você se sentiria triste por ver uma pessoa de sua idade isolada em um grupo?
16	Geralmente você age e fala rapidamente?	Adolescente questiona "se magoa alguém?"	2	Normalmente você age e fala rapidamente?
19	Você sente às vezes sem coragem sem razão válida ?		4	Você se sente, às vezes, desanimado sem nenhuma razão?
21	Você faria qualquer coisa se alguém desafiasse você?		1	Você faria qualquer coisa se alguém provocasse (desafiasse) você?
22	Você gosta de estar sempre ocupado com alguma coisa?	Adolescente questiona se 'ocupado' é de serviço	1	Você gosta de estar sempre fazendo alguma coisa, se ocupando?
24	Você se sente de repente incomodado quando você quer falar com uma pessoa estrangeira simpática?		1 ¹¹	Você se sente de repente incomodado quando você quer falar com uma pessoa estranha que parece simpática?

¹⁰ Foi mantida a forma inicial

¹¹ O primeiro participante teve dúvida, com os outros participantes já se substituiu 'estrangeira' por 'estranha' e os demais já não apresentaram mais dificuldades.

26	Você age com frequência sob o impulso do momento ?		4	Você age frequentemente por impulso, sem pensar?
28	Existe uma outra pessoa que possa ser criticada pela maioria de seus problemas?		4	Existe alguém que pode ser culpado pela maioria de seus problemas?
29	Você se inquieta com frequência por coisas que você não teria que ter feito ou que não teria que ter dito ?		2	Você fica preocupado com frequência por coisas que você fez e acha não deveria ter feito ou que você disse e acha não deveria ter dito?
33	Você facilmente fica ofendido em seus sentimentos ?		1	Você se sente facilmente ofendido/machucado nos seus sentimentos?
36	Às vezes você está transbordando de energia e às vezes amorfo (sem energia)?		6	1) Às vezes você se sente transbordando de energia e às vezes sem energia alguma?
38	As pessoas em geral se irritam facilmente?	Pensam se é que se irritam com eles (os respondentes)	3	As pessoas em geral ficam irritadas facilmente?
44	Teu pai era uma pessoa boa?	'Ele ainda está vivo!' (2) e outro não sabe porque não conheceu...	3	Seu pai é uma pessoa boa?
46	Em uma festa você habitualmente se deixa levar e sentir prazer ?	'que estilo de prazer?' 'pode pensar bebida, droga, sexo'	2	Em uma festa você geralmente se deixa levar e se diverte muito?
53	Quando você está em uma multidão você se inquieta com a idéia de pegar micróbios ?		2	Quando você está no meio da multidão você se inquieta com a idéia de se contaminar com micróbios (pegar doenças)?
54	Após ter feito alguma coisa importante você tem com frequência a impressão que você poderia ter feito melhor?		2	Após ter feito alguma coisa importante você tem, frequentemente, a impressão que você poderia ter feito melhor?
56	Quando você está com outras pessoas você fica na maior parte do tempo tranquilo?	Se são pessoas familiares ou estranhas	1	Quando você está com outras pessoas, você fica, na maior parte do tempo, tranquilo?
60	Sua mãe era uma pessoa boa?	'minha mãe está viva!'	2	Sua mãe é uma pessoa boa?
61	Se você quer saber alguma coisa, você prefere procurar em um livro do que falar com alguém?		1	Se você quer saber alguma coisa, você prefere procurar em um livro do que perguntar para alguém?
64	Você tem palpitações ou batimentos do coração?		4	Você tem palpitações ou sente o seu coração disparado?
66	Você gosta do tipo de trabalho que exige atenção continuada ?		4	Você gosta do tipo de trabalho que você tem que ficar o tempo todo atento?
68	Você acredita que certas pessoas tentam te evitar ?		2	Você acredita que certas pessoas tentam te evitar? ¹²
72	Você gosta de arriscar ?		1	Você gosta de correr riscos?
75	Você gosta de fazer coisas que te exigem reagir rapidamente ?		2	Você gosta de fazer coisas que você tem que ter uma reação rápida?
76	Vem na tua cabeça todo tipo de idéias diferentes quando você tenta falar com alguém?		2	Vem na tua cabeça todo tipo de idéias diferentes quando você tenta falar com alguém? ¹³
79	Você é lento e indolente em		2	Você é lento e preguiçoso em seus

¹² Foi mantida a forma inicial.

¹³ Foi mantida a forma inicial.

	seus movimentos?			movimentos?
80	Quando as pessoas são amáveis você se pergunta se elas pensam verdadeiramente ser amáveis com você?		1	Quando as pessoas são amáveis com você, você se questiona se elas querem ser amáveis com você de verdade?
84	Você gosta tanto de falar com outras pessoas que você não perde jamais a ocasião de falar com uma pessoa que você não conhece?			Você gosta tanto de falar com as pessoas que você não perde a oportunidade de falar com uma pessoa que você não conhece?
83	Você costuma falar de preferência forte?		6	Normalmente você fala alto?
85	Você se sente incomodado pelas dores físicas ?		1	Você se sente incomodado pelas dores no corpo?
86	Geralmente você compreende porque as pessoas se sentem de tal ou tal maneira ?		5	Você geralmente compreende porque as pessoas se sentem da maneira como elas se sentem?
88	Você se sentiria muito infeliz se na maior parte do tempo você não estivesse em contato com muitas pessoas?		1	Você se sentiria muito triste se na maior parte do tempo você não estivesse em contato com muitas pessoas?
90	Você tenta não ser brusco com outra pessoa?		2	Você tenta não ser grosso com outra pessoa?
93	Você fica facilmente bravo quando as pessoas falam de você ou do seu trabalho?	Depende do que falam	1	Você fica facilmente bravo quando as pessoas falam de você ou do seu trabalho? ¹⁴
94	Antes de tomar decisões, você habitualmente pergunta a opinião de alguém?		1	Antes de tomar decisões, você costuma perguntar a opinião de alguém?
95	Você acha difícil verdadeiramente se divertir em uma festa onde existe muita ação ?		3	Você acha difícil se divertir em uma festa muito agitada?
96	Você se inquieta por sentimentos de inferioridade ?		3	Você se incomoda por sentimentos de inferioridade?
97	<u>Est-ce que tu as l'habitude d'être à la course?</u>	Não tinha sido traduzido		Normalmente você está sempre correndo (com pressa)?
98	Você pode facilmente animar-se em uma festa aborrecida ?		4	Você pode facilmente fazer uma festa chata ficar animada?
99	Você se inquieta com sua saúde?		2	Você se preocupa com sua saúde?
100	Vocês gosta de pregar peças nas pessoas (de zuar)?		2	Você gosta de tirar sarro/zuar com as pessoas?

Dos 47 itens apontados pelos colaboradores como de difícil compreensão, 43 foram reformulados, como se vê na última coluna do **Quadro 3**, acima. Feitas as correções, o instrumento foi apresentado a outros três (n=3) colaboradores da mesma faixa etária e tendo-se verificado que esses já não apontaram mais dificuldades de compreensão dos itens, sendo o instrumento considerado pronto para a utilização na coleta de dados do presente trabalho.

¹⁴ Foi mantida a forma inicial.

6.2.2- O Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ)

O IPJ foi desenvolvido por Carl F. Jesness, no final da década de 1950 e começo da de 1960. A construção desse instrumento teve como pressuposto a existência de diferenças, no plano de algumas características da personalidade, entre adolescentes infratores e convencionais detectadas a partir da experiência de trabalho de intervenção do próprio autor; o instrumento pressupõe também que dentro do grupo de adolescentes infratores haja diferenciações em relação a essas características, de acordo com o grau de envolvimento infracional. Como ocorreu com o IPE, o IPJ foi adaptado ao Quebec por Le Blanc (1994) para integrar a avaliação da adaptação pessoal realizada pelo MASPAQ. Adaptações anteriores do IPJ já haviam sido concretizadas para a população quebequense (Forget, 1977; Le Blanc, Trudeau e Le Blanc, 2001).

O IPJ é apresentado ao respondente por meio de 155 afirmações às quais ele deve julgar como “verdadeiras” ou “falsas”. Tais afirmações permitem avaliar percepções (cognitivo), reações (cognitivo e emotivo), impressões (emotivo e sensitivo), comportamentos (comportamental) e atitudes (aquisições peculiares à identidade). Como salienta Pestana e Bazon (2005), o IPJ se serve a dois tipos de diagnósticos: 1) Diagnóstico psicodinâmico individual, no qual é avaliada a natureza das perturbações psicológicas e o grau dessa perturbação e; 2) Diagnóstico diferencial clínico geral, que se refere às características dos diferentes grupos de adolescentes (adolescentes com trajetória de conduta delituosa, adolescentes com distúrbios de comportamento e adolescentes que consomem psicotrópicos abusivamente).

O IPJ é subdividido nos 11 índices de medida, definidos como se descreve no **Quadro 5**.

Quadro 5. Índices de Medidas do IPJ, suas descrições, número de itens que as compõe e coeficiente de consistência interna *Alpha*.

Índice de Medida	Descrição	Nº itens	Alpha
1) <i>Desadaptação Social (DS)</i>	Refere-se a atitudes inábeis para interações com o ambiente de forma socialmente aprovada.	48	0,89
2) <i>Orientação de Valores (OV)</i>	Trata-se de uma tendência a expressar valores próprios às pessoas de classes sócio-econômicas desfavorecidas, denotando-se medo do fracasso, tendência a afiliar-se a gangues, necessidade de aparentar ser uma pessoa implacável e desejo prematuro de ter status de pessoa adulta.	33	0,86
3) <i>Imaturidade (Im)</i>	Diz respeito à tendência a expressar atitudes e percepções das pessoas em geral e de si mesmo, típicas de pessoas mais jovens que o respondente.	45	0,71
4) <i>Autismo (Au)</i>	Trata-se, na medida de desejos e necessidades pessoais, da tendência a distorcer o pensamento e a percepção da realidade.	19	0,76
5) <i>Alienação (Al)</i>	Relaciona-se às atitudes de desconfiança em relação às outras pessoas, especialmente às que representam autoridade.	18	0,78
6) <i>Agressividade Manifesta (AM)</i>	Indica consciência de sentimentos desagradáveis (principalmente raiva e frustração), tendência à pronta reação emocional e consciência do desconforto provocado pela existência destes sentimentos e pela sujeição a eles.	27	0,82
7) <i>Retraimento (Rt)</i>	Diz respeito à consciência de insatisfação em relação a si mesmo e aos outros e tendência ao isolamento social e à fuga passiva.	15	0,75
8) <i>Ansiedade Social (AS)</i>	Trata-se da consciência de desconforto emocional quanto aos relacionamentos interpessoais.	15	0,72
9) <i>Recalque (Rc)</i>	reflete a ausência de consciência ou incapacidade de classificar sentimentos e emoções que normalmente a pessoa deveria sentir.	11	0,68
10) <i>Negação (Ng)</i>	Trata-se da falha em registrar aspectos desagradáveis da realidade.	15	0,75
11) <i>Índice de Associabilidade (IA)</i>	Calculado através das escalas DS, OV, Au, Al, AM, Rt, AS e Rc, revela a tendência a resolver problemas sociais e pessoais de formas consideradas desrespeitosas ou inadequadas aos costumes sociais.	–	–

Há itens que servem à avaliação de mais de uma dimensão, por isso que a soma do número de itens para cada medida ultrapassa a cifra de 155 itens que compõem o instrumento.

O IPJ já foi adaptado para o contexto brasileiro (Estevão e Stephaneck,1983). Seu processo de adaptação constou de estudos acerca de sua validade de construto, sua fidedignidade e padronização, conforme citações abaixo.

Marques, Souza e Estevão (1984) avaliaram a capacidade do IPJ em discriminar adolescentes infratores de não infratores (validade de construto). As autoras selecionaram duas amostras de adolescentes institucionalizados, sendo uma composta por adolescentes considerados apenas “abandonados” (institucionalizados devido a maus-tratos e/ou necessidades de natureza sócio-econômica, não sendo infratores) e a outra por adolescentes que haviam cometido atos infracionais. Diferenças significativas foram encontradas para as medidas *DS*, *OV*, *Rt* e *IA*, confirmando a tendência dos estudos internacionais e demonstrando a validade do inventário para uso com a população brasileira.

A fim de especificar melhor o poder discriminativo do IPJ, Estevão e Bichuette (1985) investigaram três amostras, sendo uma composta por adolescentes convencionais, não institucionalizados, enquanto as outras duas repetiam as características das amostras estudadas na investigação acima citada, ou seja, um grupo de adolescentes institucionalizados “abandonados” e outro de institucionalizados por ato infracional. Uma análise de variância confirmou a maior sensibilidade discriminativa da medida *IA* entre os três grupos, conforme os estudos internacionais já vinham apontando.

Bertini, Tostes e Estevão (1984) em um estudo de fidedignidade do IPJ, pelo *método teste-reteste*, chegaram aos seguintes índices para cada dimensão: *DS* = 0,76; *OV* = 0,81; *Im* = 0,40; *Au* = 0,86; *Al* = 0,58; *AM* = 0,74; *Rt* = 0,72; *AS* = 0,73; *Ng* = 0,80; *Rc* = 0,78.

Bertini e Estevão (1986) também procederam à avaliação da fidedignidade do inventário por meio do *método das metades* (ou *bipartição*) e encontraram índices acima de 0.60 para todas as medidas, exceto para *Im* (0,35), *Rt* (0,48) e *AS* (0,35).

Os resultados das duas estimativas foram muito coerentes, apesar dos índices mais baixos conseguidos com o *método das metades*; nesse caso, considerou-se que o teste estatístico aplicado a esta estimativa (Método de Rulon) seja mais rigoroso que o aplicado para a estimativa do *teste-reteste* (método produto-momento de Pearson).

O estudo de padronização do IPJ foi conduzido por Estevão e Bichuette (1985a). Utilizaram para tanto uma amostra composta por 543 adolescentes sem histórico de cometimento de ato infracional com idades entre 14 e 18 anos. Os escores brutos dos adolescentes consultados foram transformados em escores T- normalizados.

Exceto para a medida da *Ng*, cujos resultados se mostraram superiores, os resultados de todas as outras medidas se mostraram inferiores aos dos adolescentes americanos,

evidenciando a necessidade de um padrão para a população brasileira para a devida interpretação dos resultados obtidos neste contexto.

Em estudo mais recente, Pestana e Bazon (2005) demonstraram a capacidade do IPJ em discriminar entre grupos de adolescentes judicializados e não-judicializados nas medidas de *DS*, *OV*, *AI*, *AM* e *IA*. Esses resultados são coerentes com aqueles publicados pela literatura internacional e com os estudos brasileiros citados acima. No entanto, esses autores não detectaram diferenças significativas entre os grupos de adolescentes judicializados cumprindo medida de internação e outro em liberdade assistida; eles discutem tal fato sob a perspectiva não da falta de sensibilidade do instrumento, mas da semelhança entre os adolescente submetidos às duas medidas, talvez devido ao fato de a tomada de decisão para administrar as medidas socioeducativas no Brasil não ser pautada na adaptação pessoal do adolescente infrator e sim em outras variáveis/circunstâncias (capacidade do adolescente cumpri-la, as circunstância e a gravidade da infração) especificadas no Parágrafo 1º do Artigo 12 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990).

Estevão e Bichette (1985b) destacaram algumas qualidades do IPJ: trata-se de um instrumento sensível às mudanças de atitudes ocorridas em período de tempo relativamente curto, seus itens são de fácil compreensão para os respondentes, fornece um *Índice de Associabilidade (IA)* que apresenta capacidade preditiva quanto à tendência ao engajamento em atos infracionais e à reincidência.

As 155 afirmações do IPJ passaram por uma recente adequação semântica (Pestana e Bazon, 2005), conforme o recomendado pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, no sentido de, de tempos em tempos, ser feita tal adequação a fim de adaptar a linguagem do instrumento de modo que ele seja melhor compreendido pelos respondentes. A versão do IPJ usada no presente trabalho baseia-se nessa versão adequada por Pestana e Bazon (2005), que foi organizada por Estevão em 2007.

6.2.3-O Inventário de Depressão de Beck (BDI)

O BDI, desenvolvido na década de 60 por uma equipe do *Center for Cognitive Therapy* da Universidade da Pennsylvania, liderado por Aaron T. Beck, constitui um instrumento criado, a princípio, para uso com pacientes psiquiátricos. Após ter suas qualidades psicométricas avaliadas em diversos estudos, o uso do BDI foi estendido para além do contexto clínico, tendo-se constituído, também, em instrumento para coleta de dados em pesquisas científicas (conforme salientado por Pestana e Bazon, 2005).

O objetivo do BDI é fornecer a medida da depressão do indivíduo para o momento em que é submetido à avaliação. Compõe-se de 21 itens, alguns de natureza cognitivo – afetiva e, outros que subentendem queixas somáticas e de desempenho.

Os itens foram selecionados a partir de observações e relatos de sintomas e atitudes mais frequentes nos transtornos depressivos e formam as seguintes sub-escalas: 1) *Tristeza*; 2) *Pessimismo*; 3) *Sentimento de fracasso*; 4) *Insatisfação*; 5) *Culpa*; 6) *Punição*; 7) *Auto-aversão*; 8) *Auto-acusações*; 9) *Idéias suicidas*; 10) *Choro*; 11) *Irritabilidade*; 12) *Retraimento Social*; 13) *Indecisão*; 14) *Mudança na auto-estima*; 15) *Dificuldade de trabalhar*; 16) *Insônia*; 17) *Fatigabilidade*; 18) *Perda de apetite*; 19) *Perda de peso*; 20) *Preocupações somáticas*; 21) *Perda de libido*.

Cada um dos 21 itens do BDI contém quatro afirmações, numeradas de 0 a 3, subtendendo graus crescentes de gravidade; o respondente deve eleger uma das afirmações, aquela que expresse melhor sua situação no momento. Os números das afirmações eleitas devem ser somados: conforme o escore dessa soma seja representado por um número mais ou menos elevado, maior ou menor será o grau de depressão do respondente, respectivamente. No **Quadro 6** é possível observar o nível de depressão atribuído às pontuações.

O BDI foi adaptado para o Brasil por Cunha (2001) e é esta a versão utilizada no presente trabalho.

Quadro 6. Nível de depressão e respectivas pontuações no BDI na versão adaptada para a população brasileira.

Nível de Depressão	Pontuações
Mínimo	0-11
Leve	12-19
Moderado	20-35
Grave	36-63

6.3- Procedimentos

Em primeiro lugar, foi solicitada autorização às instituições onde foram coletados os dados (Fundação CASA, no caso do GJ e as escolas estaduais, no caso do GNJ). O aceite das instituições, juntamente com um protocolo de pesquisa, foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da

Universidade de São Paulo. A condução da pesquisa foi condicionada à aprovação do CEP (Processo CEP-FFCLRP nº 378/2008 – 2008.1.408.59.9) e foi pautada nas orientações éticas impostas pela resolução 196/96 do Ministério da Saúde.

Além da autorização das instituições, tanto os adolescentes quanto seus responsáveis legais firmaram, em conjunto com a pesquisadora, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um dos documentos que compõe o protocolo de pesquisa encaminhado ao CEP. O TCLE trouxe informações resumidas sobre a pesquisa em linguagem clara para a compreensão dos participantes e seus responsáveis legais, bem como também esclareceu ao participante sua total liberdade para recusar-se a participar, ou mesmo, interromper sua participação se assim o desejasse, a qualquer momento.

No caso do GJ a autorização do responsável legal foi colhida junto ao Juiz da Vara de Infância e Juventude (uma vez que estando os adolescentes internados, esse desempenha a função de tutor dos adolescentes pelo tempo em que estiverem internados).

No caso do GNJ, solicitou-se aos adolescentes que tiveram interesse em colaborar, que levassem o TCLE para o responsável legal assinar e que o trouxessem assinado à data estipulada para a coleta de dados.

Efetivado o processo ético de esclarecimento dos fins da pesquisa e do aceite dos participantes, procedeu-se à coleta de dados. Cada participante do GJ foi avaliado individualmente, em sala reservada, onde teve sua privacidade garantida, dentro dos módulos da própria Fundação CASA, em horários que não concorreram com os de outras atividades educacionais das quais participavam. Cada participante do GNJ também foi avaliado individualmente, em sala reservada dentro da própria escola onde estudavam.

Os três instrumentos de coleta de dados foram lidos pela examinadora para que o participante apontasse sua resposta a cada item. Como muitos dos participantes do GJ não eram efetivamente alfabetizados, a pesquisadora optou por não disponibilizar uma cópia aos respondentes, para que acompanhassem a leitura dos instrumentos, durante sua aplicação, evitando introduzir vieses, pois tendo uma cópia em mãos, os alfabetizados contariam com o estímulo auditivo e o gráfico para considerar antes de emitir suas respostas, enquanto os não-alfabetizados, por não conseguirem interpretar o estímulo gráfico, considerariam apenas o estímulo auditivo ao emitirem suas respostas.

Em cada sessão de avaliação, o BDI foi o primeiro instrumento administrado, pois esse requer que o participante decida entre quatro afirmações e considerou-se que seria cansativo aplicá-lo depois dos outros instrumentos. Já o IPJ e o IPE foram aplicados em segundo ou terceiro lugar, alternadamente, para metade de cada grupo de participantes (GJ e

GNJ), a fim de minimizar a interferência do cansaço dos respondentes nos resultados coletados.

O tempo médio de coleta junto a cada participante do GJ foi de 01 hora e 10 minutos. Para a maioria dos participantes concluiu-se a aplicação dos três instrumentos em uma única sessão, com exceção de 3 participantes (os de número 02, 08 e 15).

Já o tempo médio para os participantes do GNJ foi de 01 hora, sendo que para apenas 2 participantes (os de número 04 e 10) não se pôde concluir a aplicação dos instrumentos em uma única sessão.

A razão da não conclusão da coleta de dados em uma única sessão, tanto para o GJ quanto para o GNJ, recaiu sobre a dinâmica das instituições onde os dados foram coletados. Eventualmente houve alteração de horários em seus cronogramas, o que acabou por interferir no tempo que era estimado para a coleta completa com cada participante, ocasionando que a mesma tivesse que ser concluída em outra ocasião.

6.4 – Análise de Dados

As respostas de cada participante a cada item do IPJ e do IPE foram incluídas em programas informatizados de correção, que ofereceram os escores brutos de cada participante de cada grupo. A correção do BDI foi feita manualmente, obedecendo-se as instruções de seu manual (Cunha, 2001).

Os escores e as respostas, bem como as idades dos participantes convertidas em meses e suas escolaridades convertidas em anos de estudo (transformação de variáveis categóricas em variáveis contínuas) foram inseridos numa planilha devidamente preparada no programa Microsoft EXCEL de modo que se pudesse tratar os dados estatisticamente. Esses foram analisados por meio da aplicação do test *t* de Student¹⁵ (quando os dados apresentavam uma distribuição normal) ou por meio do *Mann-Whitney Rank Sum Test*¹⁶ (quando a distribuição dos dados não era normal), a fim de se verificar se as diferenças das médias obtidas pelos dois grupos de participantes eram significativas para cada uma das variáveis (dimensões) mensuradas.

¹⁵ *t*
¹⁶ *T*

CAPÍTULO 7

RESULTADOS

7. 1- Resultados referentes ao IPE

Nas tabelas a seguir explicitam-se os resultados obtidos com a análise descritiva e o tratamento estatístico dos escores brutos obtidos com a avaliação dos participantes que compuseram os dois grupos em análise, a partir da aplicação do Inventário.

Na **Tabela 1** é possível visualizar os resultados da análise dos escores brutos obtidos pelos participantes ao responderem ao IPE.

Observa-se, na tabela abaixo, que para um $p \leq 0,001$, apenas a dimensão que avalia a *Propensão à Delinquência* ($t = 4,009$) é significativa para diferenciar o GJ do GNJ. No entanto, quando se adota um $p \leq 0,05$, observa-se que as dimensões *Psicotismo* ($T = 1124,000$) e *Neuroticismo* ($T = 1136,500$) também são significativas em diferenciar os grupos.

Tabela 1. Comparação estatística das médias dos escores brutos obtidos pelo GJ e pelo GNJ nas 05 dimensões do IPE.

Dimensões	GJ			GNJ			p
	Média	Desvio Padrão	Erro	Média	Desvio Padrão	Erro	
<i>Psicotismo</i>	<u>7,23</u>	<u>1,89</u>	<u>0,34</u>	<u>5,73</u>	<u>1,48</u>	<u>0,27</u>	0,002
<i>Delinquência</i>	<u>11,47</u>	<u>3,47</u>	<u>0,63</u>	<u>8,17</u>	<u>2,88</u>	<u>0,53</u>	<0,001
<i>Extroversão</i>	8,83	2,39	0,44	8,17	2,61	0,48	0,301
<i>Neuroticismo</i>	<u>13,60</u>	<u>3,72</u>	<u>0,68</u>	<u>9,97</u>	<u>4,14</u>	<u>0,76</u>	0,001
<i>Impulsividade</i>	15,03	3,31	0,60	14,97	2,67	0,49	0,932

Embora não se possa interpretar as pontuações médias obtidas pelos participantes dos dois grupos, na ausência de padronização brasileira do instrumento, percebe-se claramente que os escores do GJ são francamente mais elevados nas dimensões que os diferenciam, indicando que os níveis de *Psicotismo*, de *Neuroticismo* e, sobretudo, de *Propensão à Delinquência* é mais elevado nesse grupo.

7.2 - Resultados referentes aos IPJ

É possível visualizar, na **Tabela 2**, que para um $p \leq 0,001$, as diferenças das médias dos escores brutos obtidos com a aplicação do IPJ foram significativas sobretudo para a *DS* ($t = 5,923$), a *OV* ($t = 3,928$) e o *IA* ($t = 4,826$). Adotando-se, um $p \leq 0,05$, tem-se também diferenças significativas para a *Im* ($T = 1072,500$), o *Au* ($T = 1136,500$), a *Al* ($t = 3,998$) e a *AM* ($t = 2,625$).

Tabela 2. Comparação estatística das médias dos escores brutos obtidos pelo GJ e pelo GNJ nas 11 dimensões do IPJ.

Dimensões	GJ			GNJ			p
	Média	Desvio Padrão	Erro	Média	Desvio Padrão	Erro	
<i>DS</i>	<u>34,37</u>	<u>6,09</u>	<u>1,11</u>	<u>24,93</u>	<u>6,24</u>	<u>1,14</u>	<0,001
<i>OV</i>	<u>23,33</u>	<u>4,90</u>	<u>0,89</u>	<u>17,97</u>	<u>5,65</u>	<u>1,03</u>	<0,001
<i>Im</i>	<u>19,80</u>	<u>4,08</u>	<u>0,74</u>	<u>17,73</u>	<u>3,07</u>	<u>0,56</u>	0,020
<i>Au</i>	<u>10,90</u>	<u>3,37</u>	<u>0,61</u>	<u>7,90</u>	<u>3,29</u>	<u>0,60</u>	0,001
<i>Al</i>	<u>15,87</u>	<u>3,16</u>	<u>0,58</u>	<u>12,27</u>	<u>3,79</u>	<u>0,69</u>	0,001
<i>AM</i>	<u>18,20</u>	<u>4,63</u>	<u>0,84</u>	<u>15,10</u>	<u>4,52</u>	<u>0,83</u>	0,011
<i>Rt</i>	13,60	3,33	0,61	12,47	3,51	0,64	0,205
<i>AS</i>	13,97	3,07	0,56	13,43	3,16	0,58	0,510
<i>Rc</i>	7,43	2,30	0,42	7,57	3,03	0,55	0,819
<i>Ng</i>	10,20	3,07	0,56	11,63	3,59	0,65	0,102
<i>IA</i>	<u>25,50</u>	<u>5,84</u>	<u>1,07</u>	<u>18,53</u>	<u>5,34</u>	<u>0,95</u>	<0,001

Se as médias dos escores brutos de cada uma das dimensões avaliadas pelo IPJ fossem convertidas em escores T normalizados, conforme padronização brasileira (Estevão e Bichuette, 1985a), ter-se-ia os seguintes escores para cada grupo, conforme **Tabela 3**.

Para este instrumento, o parâmetro de interpretação indica que a faixa de normalidade encontra-se entre os escores T 40 e 60. Considerando esta informação e as informações apresentadas na **Tabela 3**, observa-se que, apesar das diferenças significativas entre as médias dos GJ e GNJ para as dimensões *DS*, *OV*, *IA*, *Im*, *Au*, *Al*, *AM* e *IA* em média, todos os

resultados estão compreendidos dentro da faixa de normalidade, com exceção da *DS* (62), *Al* (61) e do *IA* (70) do GJ.

Tabela 3. Escores T normalizados para as médias obtidas pelo GJ e GNJ em cada uma das dimensões avaliadas pelo IPJ.

Dimensões	Escore T – GJ	Dimensões	Escore T - GNJ
<i>DS</i>	62	<i>DS</i>	48
<i>OV</i>	56	<i>OV</i>	47
<i>IM</i>	56	<i>IM</i>	51
<i>Au</i>	57	<i>Au</i>	49
<i>Al</i>	61	<i>Al</i>	49
<i>AM</i>	55	<i>AM</i>	49
<i>Rt</i>	51	<i>Rt</i>	45
<i>AS</i>	46	<i>AS</i>	43
<i>Rc</i>	52	<i>Rc</i>	57
<i>Ng</i>	50	<i>Ng</i>	56
<i>IA</i>	70	<i>IA</i>	58

7.3 - Resultados referentes ao BDI

Como é sabido, cada um dos 21 conjuntos de 04 afirmações do BDI tem a função de avaliar uma dimensão da depressão. A **Tabela 4** explicita para quais das dimensões avaliadas por esse instrumento o GJ e o GNJ se diferenciam significativamente. Percebe-se que para um $p \leq 0,001$, apenas o escore total ($T = 1124,000$) diferencia significativamente os grupos. Porém, quando se considera um $p \leq 0,05$, observa-se que 07 dimensões (*tristeza*, $T = 1083,000$; *insatisfação*, $T = 1121,000$; *punição*, $T = 1075,000$; *auto-aversão*, $T = 1096,500$; *choro*, $T = 1118,000$; *insônia*, $T = 1089,500$; e *perda de apetite*, $T = 1094,000$) das 21 são significativas para diferenciar os grupos.

O escore médio 18 do GJ representa que, em média, o grupo apresenta um nível *leve* de depressão. E o escore médio 9,9 para o GNJ o situa no nível *mínimo* de depressão.

Tabela 4. Comparação estatística dos resultados nas dimensões do BDI em que o GJ e o GNJ obtiveram diferenças significativas.

Dimensões	GJ			GNJ			p
	Média	Desvio Padrão	Erro	Média	Desvio Padrão	Erro	
<i>Tristeza</i>	<u>0,83</u>	<u>0,99</u>	<u>0,18</u>	<u>0,20</u>	<u>0,41</u>	<u>0,07</u>	0,013
<i>Insatisfação</i>	<u>1,07</u>	<u>1,08</u>	<u>0,20</u>	<u>0,30</u>	<u>0,65</u>	<u>0,12</u>	0,002
<i>Punição</i>	<u>1,93</u>	<u>1,41</u>	<u>0,26</u>	<u>0,97</u>	<u>1,40</u>	<u>0,26</u>	0,018
<i>Auto-aversão</i>	<u>0,57</u>	<u>0,68</u>	<u>0,12</u>	<u>0,10</u>	<u>0,31</u>	<u>0,06</u>	0,007
<i>Choro</i>	<u>1,93</u>	<u>1,26</u>	<u>0,23</u>	<u>0,83</u>	<u>1,26</u>	<u>0,23</u>	0,003
<i>Insônia</i>	<u>1,07</u>	<u>0,83</u>	<u>0,15</u>	<u>0,50</u>	<u>0,63</u>	<u>0,12</u>	0,010
<i>Perda de apetite</i>	<u>0,80</u>	<u>0,85</u>	<u>0,15</u>	<u>0,23</u>	<u>0,43</u>	<u>0,08</u>	0,008
Total	<u>18,00</u>	<u>8,27</u>	<u>1,51</u>	<u>9,90</u>	<u>5,35</u>	<u>0,98</u>	<0,001

A **Tabela 5** apresenta a distribuição dos participantes, tanto do GJ quanto do GNJ em relação aos diferentes níveis de depressão mensuradas pelo BDI.

Tabela 5. Frequência dos níveis de depressão mensurados pelo BDI apresentados pelos participantes do GJ e do GNJ.

NÍVEIS DE DEPRESSÃO	GJ		GNJ	
	Freq. Abs. (n)	Freq. Rel. (%)	Freq. Abs. (n)	Freq. Rel. (%)
Mínimo (0-11)	03	10,00	19 ¹⁷	63,33...
Leve (12-19)	17 ¹⁸	56,66...	09	30,00
Moderado (20-35)	08	26,66...	02	06,66...
Grave (36-63)	02	06,66...	00	00,00
Total	30	100	30	100

¹⁷ Moda para o GJ.

¹⁸ Moda para o GNJ.

É possível visualizar, através da tabela acima, que a maior parte dos participantes do GJ apresenta nível de depressão *Leve* (56,66%) e a maioria dos participantes do GNJ apresenta nível *Mínimo* (63,33%) de depressão.

Uma porcentagem razoavelmente alta (26,66%) do GJ apresenta nível *Moderado* de depressão e poucos participantes apresentam níveis *Mínimo* (n=3) e *Grave* (n=2).

Por outro lado, 30% dos participantes do GNJ apresentam nível *Leve* de depressão, enquanto apenas 2 participantes apresentam nível *Moderado* e nenhum apresentou nível *Grave*.

CAPÍTULO 8

DISCUSSÃO

8.1 - Os resultados do IPE

O primeiro ponto a ser destacado quanto aos resultados obtidos com o IPE é o fato da dimensão *Propensão à Delinquência* diferenciar significativamente os dois grupos estudados ($t= 4,009$; $p\leq 0,001$). Tal resultado, considerando que essa dimensão é composta por itens que destinam-se especialmente a distinguir os adolescentes infratores (ou que fazem auto-relatos de muitas condutas anti-sociais) daqueles que não possuem tal histórico, indica que o instrumento tem capacidade para a efetivação dessa avaliação na presente realidade e oferece elementos sobre a adaptação pessoal de adolescentes, no que concerne a sua propensão ou não à manifestação da conduta delituosa e/ou anti-social.

Os outros resultados, relativos às outras dimensões do IPE, ou seja, o *Neuroticismo* e o *Psicotismo*, como dimensões capazes de diferenciar GJ e GNJ ($T= 1136,500$; $p\leq 0,05$ e $T= 1124,000$ $p\leq 0,05$, respectivamente), e a *Extroversão* e a *Impulsividade*, para as quais não se evidenciou tal capacidade, ora encontram apoio na literatura científica (Van Dam, De Bruyn e Janssens, 1994; Gouveia, Pimentel e Pessoa, 2008) ora a contradiz (Heaven, 1994; Romero, Luengo e Sobral, 2001; Carroll e cols. 2006; colder e Stice, 1998), devido às inconsistências, nesse plano, naquilo que é referido nas publicações encontradas.

Van Dam, De Bruyn e Janssens (1994), embora não tenham trabalhado com o IPE, especificamente, descrevem um perfil psicológico para o adolescente infrator, a partir dos dados de sua pesquisa, que caracteriza-se justamente pelas dimensões que diferenciaram os dois grupos do presente estudo. Tendo empregado alguns itens do MMPI e do *Dutch Personality Questionnaire – DPQ* (Luteijn e Kok, 1985, citado por Van Dam, De Bruyn e Janssens 1994), os autores constituíram um instrumento (CPS), composto de 45 itens, para avaliar *Extroversão*, *Neuroticismo* e *Psicotismo*. Com isso verificaram a validade convergente do instrumento na medida em que suas dimensões se relacionaram às mesmas dimensões do *Questionário de Personalidade de Eysenck*. O CPS foi administrado a 126 adolescentes do sexo masculino, internados em razão de cometimento de ato infracional, em uma instituição holandesa.

Os pesquisadores (Van Dam, De Bruyn e Janssens 1994) acreditavam, que após uma análise de *clusters*, chegar-se-ia a uma solução de dois perfis:1) *Tipo Ativo*, cujos escores

revelariam níveis altos nas três dimensões avaliadas (*Extroversão*, *Psicotismo* e *Neuroticismo*) e; 2) *Tipo (Socialmente) Inadequado*, cujos escores seriam altos para *Neuroticismo* e *Psicotismo*, e baixos para *Extroversão*. Outra hipótese destes estudiosos era de que o primeiro tipo apresentaria maior probabilidade de reincidir na conduta delituosa.

Os resultados revelaram uma solução de três tipos de adolescentes, segundo as dimensões de personalidade avaliadas: 1) *Tipo Extrovertido* (n= 80), cujos escores de *Extroversão* eram altos e os escores de *Psicotismo* e *Neuroticismo* eram baixos; 2) *Tipo (Socialmente) Inadequado* (n=36), cujos escores de *Extroversão* eram baixos e de *Neuroticismo* e *Psicotismo* eram altos e; 3) *Tipo Ativo* (n=10), cujos escores foram altos para as três dimensões. Não foi detectada tendência à reincidência para nenhum dos tipos, em especial.

Nota-se que a maioria dos participantes do estudo de Van Dam, De Bruyn e Janssens (1994) aglomeraram-se em um tipo (*Extrovertidos*) que não era previsto pelos autores. No entanto, chama a atenção o fato de um dos tipos encontrados (*Inadequados*) ser caracterizado justamente por altos escores de *Psicotismo* e *Neuroticismo*, bem como por baixos escores em *Extroversão*, convergindo com o que se encontrou no presente estudo.

Esse dado pode levar à especulação de que o perfil da população de adolescentes internados da região de Ribeirão Preto, ou ao menos a amostra constituída, assemelha-se ao perfil *Inadequado*. Nesse sentido, seria importante conduzir novas pesquisas com maior número de participantes, a fim de verificar em quais tipologias os adolescentes do presente contexto agrupar-se-iam, após uma análise de *clusters* dos resultados obtidos através do IPE e se tais tipologias coincidiriam com aquelas já delineadas em outros países, ou se os resultados agregar-se-iam em tipos particulares.

O *Psicotismo*, indicador de problemas sérios de personalidade (insensibilidade, sentimento de ser vítima, crueldade, fobia da multidão, gosto exagerado pelo risco e percepção negativa dos pais), permite a compreensão do quanto o respondente é agressivo, frio, egocêntrico, impulsivo, anti-social e antipático. Com referência a essa dimensão, seguem alguns resultados de pesquisa que permitem compreender seus efeitos sobre a conduta delituosa, a partir de sua relação com outras variáveis (sejam percepções, atitudes ou etapa do ciclo de vida).

Heaven (1994) confirmou a hipótese de que o *Psicotismo* constitui-se em variável mediadora entre as percepções que adolescentes têm de suas famílias e engajamento em conduta delituosa, de forma que as percepções positivas que os adolescentes têm de suas famílias relacionar-se-iam a níveis mais baixos de *Psicotismo*. Índices mais baixos desta

última variável, por sua vez, contribuíram para níveis mais baixos de comportamento delitivo. O efeito de mediação do *Psicotismo* entre ousadia e delinquência também foi constatado pelo estudioso.

Ainda com respeito ao *Psicotismo*, Heaven, Newbury e Wilson (2004) verificaram que esta dimensão prediz toda a gama de comportamentos delinquentes entre adolescentes, mas para a população de jovens adultos, relaciona-se mais propriamente a comportamentos delituosos mais graves (crimes sexuais e crimes de violência).

A compreensão deste dado, à luz do contexto em que se situa a presente pesquisa, exigiria a possibilidade de correlacionar os atos infracionais que motivaram a internação dos participantes do GJ aos escores obtidos na dimensão, o que poderá ser feito em pesquisas futuras, levando-se em conta a importância de se coletar dados junto a participantes com ampla variabilidade de idade.

Os dados do presente estudo não permitem discutir a relação encontrada por Heaven (1994) no que se refere ao papel da interação entre o *Psicotismo* e a percepção dos adolescentes acerca de suas famílias na produção da conduta delituosa, uma vez que tais percepções não foram levantadas para a presente amostra.

Já a relação entre *Psicotismo* e ousadia (conforme também detectada por Heaven, 1994) poderia ser indiretamente discutida, na medida em que a última variável pode ser compreendida como componente da dimensão *Extroversão*. Assim sendo, grosso modo, poder-se-ia dizer que o presente estudo não replica tal relação, uma vez que o *Psicotismo* diferencia os grupos estudados, mas não a *Extroversão*. No entanto, evidencia-se a necessidade de correlacionar os escores dessas duas dimensões para os dois grupos estudados, a fim de se verificar a existência ou não de correlação entre essas duas variáveis e, ainda, a existência ou não de diferença significativa entre GJ e GNJ no que diz respeito ao índice de correlação entre as dimensões.

A *Extroversão*, conforme definição, trata-se da dimensão que diz da tendência à exteriorização (orientação em direção a outrem, considerado fonte de gratificação), que denota, também, uma fachada de confiança em si, labilidade e impulsividade. É a dimensão que indica o grau em que o respondente é sociável, ativo, vivaz, pleno de segurança, dominador, descuidado. Bem como é a dimensão que indica se o respondente funciona conforme a situação presente, se procura sensações e aventura.

Os achados do estudo descrito abaixo referentes à *Extroversão*, embora conseguidos a partir de instrumentos diferentes do IPE, apóiam a não diferenciação entre GJ e GNJ.

Vasconcelos, Gouveia, Pimentel e Pessoa (2008), administraram a *Escala de Condutas Anti-Sociais* – CAD (Seisdedos, 1988; citado por Vasconcelos, Gouveia, Pimentel e Pessoa, 2008), o *Inventário dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade* (John, Donahue e Kentle, 1991; citado por Vasconcelos, Gouveia, Pimentel e Pessoa, 2008) e a *Escala de Busca de Sensações* – EBS (Zuckerman, Eysenck e Eysenck, 1978; citado por Vasconcelos, Gouveia, Pimentel e Pessoa, 2008) junto a 755 estudantes do Ensino Médio e Superior. Os resultados, assim como os obtidos no presente estudo, revelaram que a *Extroversão* não se constituiu em dimensão significativa para explicar as condutas anti-sociais, nem delitivas.

A dimensão *Impulsividade*, revela a tendência a procurar sistematicamente o risco e a agir de uma maneira espontânea, irrefletida e involuntária, conforme havia sido definida no capítulo 6.

Na contramão dos resultados aqui encontrados, há, entretanto, indicações feitas por estudos recentes realizados em outros contextos sócio-culturais, de que a *Impulsividade* figura como variável com poder discriminativo entre grupos de infratores e não-infratores (Romero, Luengo e Sobral, 2001; Carroll e cols. 2006), bem como entre grupos de adolescentes que aderem a trajetórias de condutas anti-sociais persistentes, em detrimento de desistentes (Carrasco, Barker, Tremblay e Vitaro, 2006).

Colder e Stice (1998) investigaram o efeito da *Impulsividade* como variável moderadora entre raiva ou delinquência, ou seja, partiram da hipótese de que a *Impulsividade* potencializaria o efeito da raiva sobre a conduta delituosa. Os resultados demonstraram que a raiva foi significativamente relacionada à delinquência para altos níveis de *Impulsividade*, mas não para baixos níveis desta variável. Além do efeito moderador, os níveis de *Impulsividade* correlacionaram-se positivamente com os níveis de conduta delituosa, independente dos níveis de raiva.

Uma hipótese que pode ser aventada para explicar a *Impulsividade* como variável inócua para diferenciar os grupos do presente estudo é a idade relativamente avançada dos participantes (16 anos completos a 18 anos incompletos), pois no final da adolescência tanto os participantes do GJ quanto os do GNJ podem ter adquirido níveis de auto-controle suficientes para não fazer da *Impulsividade* variável tão importante na regulação da sua conduta, seja ela delituosa ou não. Mais uma vez, far-se-ia necessário colher dados junto a participantes com idades variadas para corroborar ou não esta hipótese.

Os resultados de Baskir (2006) vão na direção da hipótese aqui cogitada, quanto à importância da variável idade na compreensão da não diferenciação entre as amostras do presente estudo, na medida em que demonstra que adolescentes em geral (aqueles sem

envolvimento infracional e aqueles que se engajam em diferentes trajetórias delinqüenciais) apresentam índices de *Impulsividade* mais altos que os adultos em geral. Dessa forma, a *Impulsividade*, em si, não constitui variável que discrimina infratores de não-infratores, sendo mais uma característica adolescente.

No entanto, a autora encontra dados que sugerem que interação da *Impulsividade* com outras variáveis sociais (relacionamento com pares negativos e conflitos familiares) poderia transformar-se em fator de vulnerabilidade e incrementar o risco para o aparecimento do problema da delinqüência, em certos adolescentes. Propõe-se, então, que futuros estudos abordem a dimensão *Impulsividade* em interação com o construto *adaptação social*, para compreender seu efeito sobre as diferentes trajetórias de engajamento em condutas delituosas.

Por fim, é pertinente especular se a razão para a dimensão *Impulsividade* não diferenciar o GJ do GNJ refere-se à natureza dos itens que se servem a operacionalizá-la. Nessa linha, lembra-se que algumas das questões utilizadas para a investigação desse construto (tais como: 6. *Você gostaria de saltar de bung jump?*; 17. *Você gostaria de fazer mergulho submarino?*; 27 *Você gostaria de saltar de pára-quedas?*) remetem a uma realidade que não é muito comum aos adolescentes avaliados no presente estudo, sejam esses os infratores ou os não infratores.

8.2 - Os resultados do IPJ

Os resultados do IPJ revelaram diferenças significativas entre o GJ e o GNJ para as dimensões *DS* ($t = 5,923$; $p \leq 0,001$), a *OV* ($t = 3,928$; $p \leq 0,001$), o *IA* ($t = 4,826$; $p \leq 0,001$), a *Im* ($T = 1072,500$; $p \leq 0,05$), o *Au* ($T = 1136,500$; $p \leq 0,05$), a *Al* ($t = 3,998$ $p \leq 0,05$;) e a *AM* ($t = 2,625$; $p \leq 0,05$). Os resultados não revelaram, portanto, diferenças entre os grupos para *Rt*, *AS*, *Rc* e *Ng*.

A existência de dados nacionais referentes ao IPJ permite situar relativamente melhor a discussão dos dados obtidos no presente estudo. O **Quadro 7**, abaixo, sintetiza as comparações entre os resultados do presente estudo e aqueles obtidos em outros estudos, com diferentes amostras de adolescentes brasileiros.

Quadro 7. Síntese dos resultados de estudos comparativos nacionais realizados com o IPJ.

Estudos	Marques Souza e Estevão (1984)	Pestana e Bazon (2005)	Pestana e Bazon (2005)	Presente Estudo (2008)
Amostras	Institucionalizados “abandonados” X Judiciariizados internados	Não-judiciariizados X Judiciariizados internados	Não-judiciariizados X Judiciariizados em L.A. ¹⁹	Não-judiciariizados X Judiciariizados internados
Dimensões discriminadas	<u>DS</u> , <u>OV</u> , <u>Rt</u> e <u>IA</u>	<u>DS</u> , <u>OV</u> , <u>Im</u> , <u>Au</u> , <u>AM</u> , e <u>IA</u>	<u>DS</u> , <u>OV</u> , <u>Au</u> , <u>AM</u> , <u>Rc</u> e <u>IA</u>	<u>DS</u> , <u>OV</u> , <u>Im</u> , <u>Au</u> , <u>Al</u> , <u>AM</u> e <u>IA</u>

Pestana e Bazon (2005), igualmente, constataram diferenças significativas entre uma amostra de adolescentes não infratores (n=25) e outra de adolescentes infratores respondendo por medida socioeducativa de internação (n=16) para as dimensões: *DS*, *OV*, *Im*, *Au*, *AM* e *IA*.

Os estudiosos acima também encontraram diferenças significativas entre um grupo de não infratores e um de infratores submetidos à medida socioeducativa de liberdade assistida para as seguintes dimensões: *DS*, *OV*, *Au*, *AM*, *Rc* e *IA*.

No entanto, os mesmos autores (Pestana e Bazon, 2005) não encontraram diferenças significativas para nenhuma das dimensões avaliadas entre um grupo de infratores submetidos à liberdade assistida e outro grupo de infratores submetidos à internação.

Para todas estas dimensões que têm suas médias discriminadas significativamente, tanto no presente estudo como no estudo supra-citado, as diferenças entre os grupos de judiciariizados/infratores e não-judiciariizados/não-infratores são mais acentuadas no presente estudo, com exceção da dimensão *AM*, cuja diferença entre as médias dos dois grupos é maior no estudo de Pestana e Bazon (2005).

As únicas dimensões que não coincidem na análise das diferenças das médias da presente amostra e da amostra de Pestana e Bazon (2005) são: *Al* e *Rc*. Para a dimensão *Al*, o presente estudo detectou diferença significativa importante entre os grupos, diferentemente do outro estudo citado. Por outro lado, Pestana e Bazon (2005) constataram diferenças significativas entre suas amostras para a dimensão *Rc*, enquanto tal dimensão não diferenciou os dois grupos do presente estudo.

Como sabido, a dimensão *Al* refere-se a atitudes de desconfiança em relação aos outros, principalmente em relação a figuras de autoridade. Dentre outros temas, os itens que operacionalizam esta dimensão fazem referência à coerência, ou não, do comportamento de profissionais, tais como policiais e juízes, na percepção do adolescente. Seria possível

¹⁹ Medida socioeducativa de Liberdade Assistida, conforme prevista no art. 118 do ECA (Brasil, 1990).

especular que, na cultura brasileira, prepondera uma percepção mais generalizada de que tais profissionais não são confiáveis, que reforça a desconfiança sobre tais figuras de autoridade, o que poderia colaborar para a não discriminação entre as amostras para tal dimensão.

No entanto, ainda não se tem hipóteses bem formuladas das razões que levaram sua discriminação no presente estudo e não nos de Pestana e Bazon (2005). Sugere-se que o tamanho reduzido das amostras investigadas por esses autores, sendo ela mais heterogênea (25 não infratores, 20 infratores em L.A. e 16 infratores em internação, com uma maior amplitude de idade dos participantes - 14 a 18 anos), possa ter tido influência sobre os resultados por eles encontrados.

Quanto à dimensão *Rc*, indicadora da ausência de consciência ou incapacidade de classificar sentimentos e emoções, surpreende o fato de constituir-se como variável discriminativa entre um grupo de adolescentes convencionais e outro de infratores em cumprimento de liberdade assistida (Pestana e Bazon, 2005), quando não diferencia grupos de judicializados internados e não judicializados (Pestana e Bazon, 2005 e no presente estudo). A princípio, levantam-se as mesmas hipóteses que foram consideradas para as diferenças que marcaram os estudos em questão, com respeito à *AI* (idade e número de participantes).

Como já havia sido explicitado, Marques, Souza e Estevão (1984) encontraram diferenças significativas nas dimensões *DS*, *OV*, *Rt* e *IA*, ao comparar uma amostra de adolescentes institucionalizados não-judicializados e outra de adolescentes institucionalizados judicializados.

Em síntese, pode-se dizer que as diferenças encontradas para as dimensões *DS*, *OV* e *IA* estão em coerência com as encontradas nos estudo de Pestana e Bazon (2005) e no presente estudo, parecendo constituir dimensões bastante consistentes na discriminação entre adolescentes que incorrem em práticas infracionais.

Reitera-se que a *DS* refere-se a atitudes inábeis para interações com o ambiente de forma socialmente aprovada; a *OV* indica a tendência a expressar valores próprios às pessoas de classes sócio-econômicas desfavorecidas, denotando-se medo do fracasso, tendência a afiliar-se a gangues, necessidade de aparentar ser uma pessoa implacável e desejo prematuro de ter status de pessoa adulta e; por fim, o *IA* revela a tendência a resolver problemas sociais e pessoais de formas consideradas desrespeitosas ou inadequadas aos costumes sociais.

As diferenças no *Rt* (que indica a consciência de insatisfação em relação a si mesmo e aos outros e tendência ao isolamento social e à fuga passiva) encontradas por Marques, Souza e Estevão (1984), entretanto, não estão em congruência com os resultados detectados mais recentemente (Pestana e Bazon, 2005 e o presente estudo).

Um fator que poderia estar determinando esta diferença nos resultados é o tempo de mais de 20 anos que transcorreu entre a pesquisa de Marques, Souza e Estevão (1984) e a pesquisa de Pestana e Bazon (2005) e a aqui apresentada. Nessas mais de duas décadas entre os estudos mencionados, algumas mudanças no contexto cultural podem ter contribuído para as diferenças de resultados. Deve-se considerar que contextos histórico-sociais diferentes impactam diferentemente a formação da personalidade dos jovens em geral, em cada época.

Faz-se necessário discutir também quais fatores poderiam estar influenciando para que no presente estudo, e no estudo de Pestana e Bazon (2005), as dimensões *Au* e *AM* aparecessem como discriminativas entre os grupos, enquanto não o foram para a pesquisa de Marques, Souza e Estevão (1984). Sugere-se que a características das amostras utilizadas por Marques, Souza e Estevão (1984), ambas compostas por adolescentes institucionalizados, tenham contribuído para a incongruência nos resultados referentes à *AM* e ao *Au*.

Quanto à *AM*, indicador da consciência de sentimentos desagradáveis como a raiva e a frustração, parece coerente que esteja presente em adolescentes institucionalizados, privados de ambientes mais adequados à sua socialização, independentemente de tratarem-se de adolescentes que se engajam em trajetórias de conduta delituosa. Daí a não discriminação entre os grupos estudados por Marques, Souza e Estevão (1984).

Quanto o *Au*, indicador de distorções do pensamento e percepção da realidade conforme os próprios desejos e necessidades, pode-se pensar também na institucionalização, enquanto variável não controlada no estudo de Marques, Souza e Estevão (1984), como sendo um dos fatores responsável pela não diferenciação entre infratores e não-infratores.

Por fim, a *Im* faz-se dimensão discriminativa apenas no presente estudo e no de Pestana e Bazon (2005). Mais uma vez pode-se endereçar as incongruências dos presentes resultados com os de Marques, Souza e Estevão (1984) a parâmetros socio-culturais relativos à época em que o estudo foi realizado e ao fato de grupos avaliados serem constituídos por adolescentes institucionalizados (com taxas de *Im* elevadas para ambos, sendo em média 67,65 para os não-infratores e 72,05 para os infratores).

Já a explicação para a inconsistência com os resultados de Pestana e Bazon (2005) é remetida ao tamanho inferior de suas amostras, bem como pela maior amplitude de idades (14 a 18 anos) dos seus participantes, pois é possível que a *Im*, referindo-se, por definição, a atitudes tipicamente características de pessoas mais jovens que o respondente, exerça menos impacto na diferenciação de grupos, quanto mais jovens forem os participantes.

O IPJ, apesar de ser validado para o nosso contexto e apresentar-se, ao longo do tempo, com capacidade de discriminar adolescentes com envolvimento infracional dos outros,

no sentido de revelar diferenças em traços de personalidade implicados com a regulação pessoal da conduta, parece requerer estudos de atualização de suas normas, para a realidade brasileira, considerando os dados do presente estudo frente à conversão dos escores brutos médios em escores T normalizados para os dois grupos avaliados, para cada uma de suas dimensões. A equiparação dos dados individuais com as normas parece estar prejudicada, na medida em que, com exceção da *AI*, *DS* e do *IA*, os escores tanto de infratores quanto de não-infratores tendem a ficar dentro dos parâmetros de normalidade que se tem até então.

A parte disso, é possível fazer algumas comparações entre os resultados obtidos através do IPJ e através do IPE.

Conforme já citado, Smith (1974) encontrou correlações entre o *Neuroticismo* e *Rt* e, entre *Neuroticismo* e *AS*; bem como entre *Psicotismo* e *Au*.

A correlação entre *Psicotismo* e *Au* é coerente com o fato de ambas as dimensões terem se apresentado como válidas para discriminar o GJ do GNJ.

Contudo, no presente estudo, enquanto o *Neuroticismo* apresentou-se como dimensão válida para discriminar o GJ do GNJ, tanto o *Rt* quanto a *AS* não o fizeram.

O *Neuroticismo*, enquanto dimensão, que dentre outros indicadores, revela a tendência a ostentar um sentimento de alienação, de ser vítima ou estar ameaçado, aparentemente poderia correlacionar-se com a *AI*, mensurada pelo IPJ.

Seria importante proceder ao estudo das correlações entre os resultados obtidos para os dois instrumentos no presente estudo. Este procedimento poderia fornecer pistas importantes no sentido de verificar o quanto, até os dias atuais, as correlações encontradas por Smith (1974) continuam existindo e, portanto, o quanto os dois instrumentos se sobrepõem na cobertura dos mesmos construtos.

8.3- Os resultados do BDI

Como foi possível apreciar no capítulo dos resultados, a média dos escores totais obtidos a partir do BDI foram significativas para diferenciar o GJ do GNJ ($T = 1124,000$; $p \leq 0,001$), evidenciando maiores níveis de sintomas depressivos para o adolescentes judicializados, quando comparados aos não-judicializados, à época da coleta de dados. Dentre as 21 dimensões da depressão avaliadas pelo BDI, 07 configuraram-se como as mais propensas para diferenciar grupos de adolescentes judicializados de não-judicializados: *tristeza*, *insatisfação*, *punição*, *auto-aversão*, *choro*, *insônia* e *perda de apetite*.

Observando-se a **Tabela 5**, no capítulo 7, extrai-se que 33,33% dos adolescentes do GJ apresentaram pontuações que os situam entre os níveis moderados (26,66%) e severos (06,66%) de sintomas depressivos. Seria demasiadamente arriscado interpretar essa porcentagem como uma taxa de prevalência de sintomas depressivos dentre adolescentes internados por cometimento de atos infracionais em função, principalmente, de dois motivos: 1) o BDI não conta com adaptação brasileira com normas padronizadas para a interpretação de seus resultados junto à população de adolescentes e; 2) a amostra de adolescentes que responderam ao BDI não é representativa da população de adolescentes infratores brasileiros em medida socioeducativa de internação, em função de não haver sido construída a partir dos preceitos da amostragem probabilística.

De todo modo, guardadas todas as ressalvas, observa-se que 33,33% da amostra de adolescentes infratores apresentam sintomas que os situam em níveis moderados ou severos de depressão. Ou seja, pode-se afirmar que apenas um terço da amostra dá indicativos de vivenciar um estado depressivo preocupante, o que é uma porcentagem relativamente baixa quando se compara a porcentagens extraídas de pesquisas internacionais com adolescentes também internados em função de cometimento de atos infracionais: 75% (Raynor e Manderino, 1988) e 55% (Dalamanta e Risser, 2003).

Ao aplicar o BDI a um grupo de 16 adolescentes judicializados, Pestana e Bazon (2005) encontraram escore médio de 18,55, resultado esse bastante próximo ao encontrado no presente estudo (18). No entanto, o presente estudo encontrou escore médio de 9,9 para o GNJ, enquanto Pestana e Bazon (2005) encontraram média de 13,64, ou seja, sensivelmente mais alta. Portanto, enquanto os autores citados encontraram diferenças significativas para $p \leq 0,05$ entre o grupo de judicializados e o de não judicializados, a diferença entre os grupos do presente estudo para os resultados médios obtidos através do mesmo instrumento é significativa para um $p \leq 0,001$. No estudo de Pestana e Bazon (2005) e no presente estudo, a diferença mais marcante entre os sujeitos que compuseram o GNJ está no fato de os adolescentes do primeiro estudo terem sido recrutados em instituições de assistência social, cujo programa dirige-se mais especificamente a adolescentes em situação de maior vulnerabilidade social, ao passo que no presente estudo trabalhou-se com adolescentes em contexto escolar convencional.

No mais, em ambos os estudos, os sujeitos que compuseram o GJ, em sendo infratores, encontravam-se institucionalizados, cumprindo medida em regime de internação. Assim, faz-se necessário discutir os dados obtidos através do BDI à luz, tanto de estudos que

apontam a depressão como algo muito associado (para não dizer inerente) à delinquência, quanto de estudos que associam a depressão à institucionalização e/ou privação da liberdade.

Wathier e Dell'Aglio (2007) constaram índices de depressão mais elevados entre crianças e adolescentes institucionalizados sob medida de proteção (art. 98 a 102 do ECA; Brasil, 1990) quando comparados a indicadores da mesma problemática entre participantes das mesmas faixas etárias não institucionalizados. Tais resultados sugerem que a variável institucionalização/não-institucionalização tende, realmente, a associar-se com a depressão.

Com o propósito de afastar a institucionalização como variável responsável pelos altos índices de depressão geralmente detectados em amostras de adolescentes judicializados, Ritakallio, Kaltiala-Heino; Kivivuori e Rimpelä (2005) realizaram uma pesquisa com uma amostra representativa da população geral da comunidade finlandesa e puderam verificar que, independente de institucionalização, os mais altos índices de sintomas depressivos se correlacionam com índices também mais altos de condutas delituosas.

Segundo esses autores (Ritaklio, Kaltiala-Heino, Kivivuori, Luukkaala e Rimpelä, 2005), há indicações no sentido de que entre os adolescentes infratores há diferenciação de trajetórias entre aqueles que apresentam depressão e aqueles que não a apresentam, evidenciando a necessidade de realização de estudos que correlacionem os indicadores de depressão com o histórico infracional dos adolescentes. Constatou-se, por exemplo, que adolescentes que se envolviam em comportamentos mais violentos apresentavam níveis de depressão (mensurados por meio do BDI) mais altos que adolescentes que cometiam outros tipos de infração.

Na medida em que há resultados de pesquisa (Akse, Hale, Engels, Raaijmakers e Meeus, 2007) apoiando a hipótese de que a relação entre depressão e delinquência não é unidirecional, nem bidirecional, mas sim de que os dois fenômenos co-ocorrem em função de traços de personalidade do sujeito, seria interessante examinar se há correlação para a amostra do presente estudo, entre as dimensões do IPE e do IPJ e o escore total de depressão mensurado pelo BDI. Grosso modo, seria possível levantar hipóteses de que haveria correlação entre escores no BDI, escores no *Rt* e *AS* do IPJ e os escores de *Neuroticismo* do IPE.

8. 4- O Perfil Geral dos Adolescentes Judicializados da Região de Ribeirão Preto: as características de sua Adaptação Pessoal

Traçar um perfil geral dos aspectos da adaptação pessoal dos adolescentes judicializados, em oposição ao perfil da adaptação pessoal dos adolescentes não-judicializados, a partir dos dados coletados no presente estudo, é uma tarefa necessária com vistas à síntese dos resultados obtidos. No entanto, antes de fazê-lo, convém a reiteração de que resultados de pesquisas internacionais (Morizot e Le Blanc, 2003b, Vincent, Vitacco, Grisso e Corrado, 2003; Stefurak, Calhoun e Glaser, 2004) têm demonstrado que a concepção dos adolescentes infratores como parte de um perfil único já está superada. A tendência parece ser a de se empreender esforços para compreender as diferentes tipologias dentro das quais os adolescentes infratores tendem a agrupar-se segundo suas características, principalmente as psicológicas.

Portanto, o cumprimento da tarefa de sintetizar um perfil geral para os adolescentes infratores, a partir dos dados obtidos no presente estudo, só se justifica na medida em que faltam, na literatura científica nacional sobre o tema, trabalhos realizados na perspectiva teórica adotada para este estudo. Entende-se, então, que o presente trabalho constitua-se em uma das primeiras tentativas de compreender a conduta delituosa segundo a adaptação pessoal do indivíduo, em articulação com os outros reguladores definidos na Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa (Le Blanc, 1997).

Então, outros estudos mais robustos, com amostras maiores, deverão ser levados a cabo a fim de se verificar em quantas tipologias os adolescentes brasileiros tendem a agrupar-se para, a partir delas, ser possível investigar que fatores de risco e proteção estão envolvidos em cada um dos tipos (considerando a necessidade de desenvolver ações de prevenção) e quais estratégias de intervenção diferenciais poderão configurar-se as mais adequadas, segundo cada tipo (considerando a importância de tratar adequadamente cada adolescente, segundo suas próprias necessidades de intervenção de ajuda).

Encaminhando a discussão para a síntese do perfil de adolescentes judicializados que se pode depreender a partir dos resultados obtidos, volta-se a observar que são as dimensões *Propensão à Delinquência*, *Psicotismo* e *Neuroticismo* do IPE, as que diferenciaram o GJ do GNJ, e as dimensões *DS*, *OV*, *Au*, *Im*, *Al*, *AM* e *IA* do IPJ que o fazem para o IPJ.

A compreensão do perfil geral dos adolescentes judicializados, em contraposição ao dos não-judicializados, envolve percorrer o caminho inverso do desdobramento do construto adaptação pessoal em índices de medida dos instrumentos que o permitem avaliar, conforme o exposto ao longo do capítulo 1 e do capítulo 4, e a síntese apresentada no **Quadro 1**, do presente estudo.

Assim, as dimensões que diferenciaram os grupos remetem a traços secundários que, em seu turno, remetem a parâmetros que, por fim, remetem a setores da personalidade, cujas características definem o resultado da adaptação pessoal que se expressa na conduta do indivíduo. Em síntese, pode-se dizer que o comprometimento do desenvolvimento de muitos setores da personalidade tende a não permitir que o indivíduo atinja nível adequado de funcionamento aloccêntrico.

As pontuações significativamente superiores do GJ nas dimensões *Au* e *Psicotismo*, *OV*, *Propensão à Delinqüência* e *Im* denotam a tendência desse grupo a manifestar atitudes primitivas, de orientação regressiva, bem como atitudes marcadas pela ausência de distância crítica e pela imprevisibilidade. Tais dimensões sugerem que os membros do GJ tendem a atitudes que primam pelas necessidades pessoais e pela busca por prazer e satisfação imediatos.

As pontuações significativamente maiores do GJ para as dimensões *DS* e *IA* são reveladoras da falta de aptidão dos adolescentes judicializados para lidar com as exigências da vida em grupo, o que revela a dificuldade que têm para perceberem-se e avaliarem-se dentro da própria realidade. Essas pontuações sugerem uma tendência dos adolescentes judicializados a “cortar-se” do mundo, o que acaba por refletir-se em um sentimento enfraquecido de pertença ao grupo. Ao não se sentirem pertencentes ao grupo, decorre a propensão para agir sem considerar o “outro”. Este “outro”, não sendo reconhecido como tal pode acabar por ser tomado como alvo. Neste ponto é que pode ser situada a falta de empatia (apontada na revisão de Lovett e Sheffield, 2007) como variável importante para compreender o engajamento de adolescentes em condutas delituosas.

As características descritas nos dois parágrafos acima revelam déficits no GJ em praticamente todos os aspectos da dimensão psicossocial da personalidade, o que implica em uma mentalidade e funcionalidade social insatisfatórias.

As pontuações significativamente mais altas para o GJ nas dimensões *Neuroticismo* e *AI* são reveladoras de insegurança que pode ser compreendida como desconforto intrasubjetivo em função de tensões que o obrigam a se fechar e a se desligar dos demais.

A pontuação significativamente mais alta da dimensão *AM* no GJ indica maior tendência dos membros desse grupo ao negativismo, ou seja, à desafeição que os leva a agir “na” e “pela” ação que traduz um sentimento de irritação, cólera vingativa e a percepção dos demais como antagonistas ou ameaças.

As características descritas nos dois parágrafos acima denotam comprometimento de desenvolvimento por parte do GJ em alguns aspectos da dimensão psicoafetiva da

personalidade. Tal comprometimento dificulta o desenvolvimento de uma mentalidade que permite a expressão apropriada dos afetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, demonstrou-se a existência de diferenças significativas no desenvolvimento da personalidade de adolescentes que se envolveram com a prática de atos delituosos e adolescentes sem esse envolvimento, indicando menor adequação na regulação do comportamento por meio de mecanismos de natureza psicológica nos infratores, conforme era esperado.

Em termos metodológicos, é importante, contudo, considerar que este trabalho apresenta uma importante limitação, frente a perspectiva teórica adotada, desenvolvimental, na medida em adotou-se um delineamento transversal, em função do qual pôde-se apenas comparar dados colhidos em um único momento da vida dos participantes.

Ao adotar a perspectiva desenvolvimental para compreender o fenômeno da delinquência, o desenho de pesquisa mais apropriado seria o longitudinal, com vistas à compreensão das mudanças ou estabilidades na conduta delituosa em função, também, de mudanças ou estabilidades nas dimensões da personalidade avaliadas.

No entanto, considerando a escassez (no caso do IPJ e do BDI) ou ausência (no caso do IPE) de publicações nacionais de estudos comparativos entre amostras de adolescentes infratores e não infratores em relação aos aspectos e dimensões da personalidade avaliados pelos instrumentos, o presente estudo trouxe a contribuição de informações novas e relevantes.

Ademais, os resultados vieram reforçar as evidências da validade do IPJ, enquanto um instrumento específico para a área do adolescente infrator, além de oferecerem indícios da validade de algumas dimensões do IPE, considerando que esse é também um instrumento especificamente desenvolvido para a avaliação dessa problemática.

No que se refere ao BDI, os estudos nacionais não contemplavam a avaliação específica de adolescentes infratores. Assim, o presente estudo também acrescenta informações importantes nessa direção, seja em termos da adequação do Inventário em avaliar essa população, como da possível associação entre estado depressivo e delinquência juvenil. Obviamente que em relação a isso é preciso considerar que a institucionalização é também, uma variável interveniente, que introduz um viés nos resultados, ou seja, o estado depressivo relacionar-se-ia ao fenômeno em foco ou à condição de institucionalização? Investigações futuras devem poder obter mais informações sobre a presença ou não de depressão em adolescentes infratores que não estejam institucionalizados.

De todo modo, considerando que os instrumentos de coleta de dados operacionalizam o construto adaptação pessoal e, estando este construto concatenado a uma base teórica consistente para explicar o fenômeno delinqüencial (Fréchette e Le Blanc, 1987a; Le Blanc, 1997), os resultados desta pesquisa também permitem a construção de hipóteses sobre quais fatores de risco relacionados ao desenvolvimento da personalidade estariam, de modo geral, mais fortemente associados ao fenômeno delinqüencial em nosso contexto, ou mais propriamente ao contexto de desenvolvimento dos jovens avaliados.

REFERÊNCIAS

- Agnew, R. (1992). Foundation for a General Strain Theory. *Criminology*, 30(1), 47-87.
- Akers, R. L. (1973). *Deviant Behavior: A Social Learning Approach*. CA: Wadsworth Publishing Company, Inc.
- Akse, J.; Hale, B.; Engels, R.; Raaijmakers, Q.; Meeus, W. (2007). Co-occurrence of Depression and Delinquency in Personality Types. *European Journal of Personality*, 21, 235-256.
- American Psychiatric Association (2000). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-IV- TR*. 4th ed. rev. Washington: APA.
- Assumpção Júnior, F. B e Kuczinski (2000). A delinqüência juvenil e as idéias de degeneração na Psiquiatria brasileira. *Pediatria Moderna*, 36 (12), 835-840.
- Andrade, R. C. (2005). Estudo da Prevalência de Transtornos Psiquiátricos em adolescentes infratores. *Tese apresentada a Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina. Departamento de Psiquiatria para a obtenção do grau de Doutor*.
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. New York: General Learning Press.
- Baskir, L. (2006). Cognitive Impulsivity and Behavioral problems in adolescents. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*, 67 (5-B), 2856.
- Bassarath, L. (2001). Conduct disorder: a biopsychosocial review. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 46 (7), 609-616.
- Bergheul, S. (2004). *Adaptation du MASPAQ a une population d`adolescents et de jeunes delinquants algeriens. Le MASPAQ*. Tese de Doutorado, Universidade de Toulouse - Le Mirail, França.
- Bertini, I. M e Estevão. R. (1986). Inventário de Personalidade de Jesness: Verificação da Fidedignidade. *Relatório de Pesquisa enviado à FAPESP*.
- Bertini, I.M., Tostes, E.D. de C., Estevão, R. (1984). Estudo da fidedignidade do Inventário de Personalidade de Jesness. *Ciência e Cultura*, 36 (7): 957 - Suplemento.
- Beyers, J. M. e Loeber, R. (2003). Untangling Developmental Relations Between Depressed Mood and Delinquency in Male Adolescents. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31 (3), 247-266.
- Borduin, C. M.; Henggeler, S. W. e Pruitt, J. A. (1985). The relationship between juvenile delinquency and personality dimensions of family members. *Journal of Genetic Psychology*, 146 (4), 563-565.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto.

- Brook, D. W. e cols. (2003). Early risk factors for Violence in Colombian Adolescents. *Am J Psychiatry*, 160 (8), 1470-1478.
- Butcher, J.N., Williams, C.L., Graham, J.R., Archer, R.P., Tellegen, A., Ben-Porath, Y.S., e Kaemmer, B. (1992). *Minnesota Multiphasic Personality Inventory-Adolescent Version (MMPI-A): Manual for administration, scoring and interpretation*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Campbell, M. A.; Porter, S e Santor, D. (2004). Psychopathic traits in Adolescent Offenders: An Evaluation of Criminal History, Clinical and Psychosocial Correlates. *Behavioral Science and the Law*, 22, 23-47.
- Carrasco, M.; Barker, E. D.; Tremblay, R. E. e Vitaro, F. (2006). Eysenck's Personality Dimensions as Predictors of Male Adolescent Trajectories of Physical Agression, Theft and Vandalism. *Personality and Individual Differences*, 41, 1309-1320.
- Carroll, A.; Hemingway, F.; Bower, J.; Ashman, A.; Houghton, S. Durkin, K. (2006). Impulsivity in Juvenile Delinquency: Differences among Early-onset, Late-onset, and non-Offenders. *Journal of Youth and Adolescence*, 35 (4), 519-529.
- Cloward, R. e Ohlin, L. (1960). *Delinquency and Opportunity*. NY: Free Press.
- Cohen, A. (1955). *Delinquent Boys*. NY: Free Press.
- Colder, C. R.; Stice, E. (1998). A longitudinal study of the Interactive Effects of Impulsivity and Anger on Adolescent Problem Behavior. *Journal of Youth and Adolescence*, 27 (30), 255-274.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Resolução CFP Nº 010/2005: Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo*.
- Cunha, J. A. (2001). *Manual da versão em português das escalas de Beck*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, A. P. (2001). O discurso do psicólogo nos pareceres sobre adolescentes com medida judicial de internação. *Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública para a obtenção do grau de Mestre*.
- Domalanta, D. D. e Risser, W. L. (2003). Prevalence of depression and other psychiatric disorders among incarcerated youths. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 42 (4), 477-484.
- Durham, T. W. (1999). Screening for Depression in Prisoners Using the Beck Depression Inventory. *Criminal Justice and Behavior*, 26 (1), 107-124.
- Estevão, R. e Bichuette, M. Z. (1985a). Inventário de Personalidade de Jesness (IPJ). Escores T- normalizados para a população brasileira. *Ciência e Cultura (Suplemento)*, 37 (7), 885.
- Estevão, R. e Bichuette, M. Z. (1985b). Aplicação do Inventário de Personalidade de Jesness em adolescentes delinqüentes e não delinqüentes. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, 38(4), 48-55.

- Estevão, R. e Stephaneck, P. (1984). Aplicação do Inventário de personalidade de Jesness em adolescentes brasileiros e americanos. *Ciência e Cultura (Suplemento)*, 36 (7), 957.
- Eysenck, H. J. (1959). *Manual of the Maudsley Personality Inventory*. London: University of London Press LTD.
- Eysenck, H. J. (1976). *The structure of human personality*. 3ª ed. London: Methuen.
- Eysenck, H. J. e Eysenck, S. B. G. (1971). *Manual of the Eysenck Personality Inventory*. London: University of London Press LTD.
- Feijó, M. C. (2001). Raízes da violência: a importância da Família na formação da percepção, motivação e atribuição de causalidade de adolescentes infratores e de seus irmãos não infratores. *Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública para a obtenção do grau de Doutor*.
- Feijó, M. C. e Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 157 -166.
- Ferreira, I. S. e Ferreira, J. A. (2005). As mudanças Psicossociais no jovem adulto e a adaptação ao contexto do Ensino Superior. *Trabalho apresentado no 2º Congresso Hispano Português de Psicologia*.
- Forget, J. (1977). *Validité prédictive de l`inventaire de Jesness et profil de personnalité de l`adolescente de la cour du Bien- Être social*. Memoire de maîtrise, Université de Montréal.
- Fréchette, M. e Le Blanc, M. (1987a). De L´Egocentrisme à L´Allocentrisme. Em M. Fréchette e M. Le Blanc (orgs.) *Délinquances et Délinquants* (pp.194-235). Gaëtan Morin Éditeur.
- Fréchette, M. e Le Blanc, M. (1987b). Delinqüência auto-revelada. Em M. Fréchette e M. Le Blanc (orgs.) *Délinquances et Délinquants* (pp.194-235). Gaëtan Morin Éditeur.
- Furtado, E.F.; Laucht, M. e Schimidt, M. H. (2006). Gender-related pathways for behavior problems in the offspring of alcoholic fathers. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 39(5), 659-669.
- Gil, A. C. (1995). “As Escalas Sociais”. Em: A. C. Gil: *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Graham., S. A. (1981). Predictive and Concurrent Validity of the Jesness Inventory Asocial Index: When does a delinquent become a delinquent? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49(5), 740-742.
- Grisso, T. e Barnun, R. (2006). *Massachusetts Youth Screening Instrument (version 2): Users Manual and Techincal Report*. University of Massashusetts.
- Hare, R. D. (2003). *Hare Psychopathy Cheklist: Youth Version*. Canada: MHS Inc.
- Hasking, P. A. (2007). Reinforcement sensitivity, coping and delinquent behavior in adolescents. *Journal of adolescence*, 30, 739-749.

- Heaven, P. C. L. (1994). Family of origin, personality, and self-reported delinquency. *Journal of Adolescence*, 17, 445- 459.
- Heaven, P. C. L.; Newbury, K. e Wilson, V. (2004). The Eysenck psychoticism dimension and delinquent behaviors among non-criminals: changes across the lifespan? *Personality and Individual Differences*, 36, 1817-1825.
- Hirshi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. New York: Cambridge University Press.
- Hoge, R. D. e Andrews, D. A. *Youth Level of Service/ Case Management Inventory: Users Manual*. North Tonawanda, NY: Multi Health Systems.
- Jara, M. V. e Ferrer S. D. (2005). Genética da violência. *Rev. chil. neuro-psiquiatr.*, 43 (30, 188-200.
- Kagan, J. e Zentner, M. (1996). Early childhood predictors of adult psychopathology. *Harvard Review of Psychiatry*, 3 (6), 341-350.
- Katsiyannis, A, Zhang, D., Barrett, D. E. e Flaska, T. (2004). Background and Psychosocial Variables Associated with Recidivism Among Adolescent Males: A 3-year investigation. *Journal of Emotional and Behavior Disorders*, 12 (1), 23-29.
- Komhauser, R. (1978). The Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models. *Economic Development and Cultural Change* 50, 509-39.
- Krischer, M. K.; Sevecke, K.; Lehmkuhl, G.e Pukrop, R. (2007). Dimensional Assessment of Personality Pathology in female and male juvenile delinquents. *Journal of Personality Disorders*, 21(6), 675-689.
- Le Blanc, M. (1994). *Manuel sur des mesures de l'adaptation sociale et personnelle pour les adolescents québécois*. École de psycho-éducation. Groupe de recherche sur l'inadaptation psychosociale chez l'enfant, Université de Montreal, Montreal.
- Le Blanc, M. (1997). "A Generic Control Theory of the Criminal Phenomenon: The Structural and Dynamic Statements of an Integrative Multilayered Control Theory." Em: T. P. Thonberry: *Developmental Theories of crime and delinquency: advances in theoretical criminology*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Le Blanc, M. (2001). Review of clinical assessment strategies and instruments for adolescent offender. Em R. Corrado, R. Roesch e S. D. Hart (orgs.) *Multi-problem violent youth: A foundation for comparative research on needs, interventions, and outcomes*. Amsterdam, IOS Press.
- Le Blanc, M. (2003a). "Trajetórias de Delinquência Comum, Transitória e Persistente: Uma estratégia de Prevenção Diferencial." Em I. Alberto (org.) *Comportamento Anti-Social: Escola e Família* (pp. 31-80). Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Le Blanc, M. (2003b). A readaptação dos jovens delinquentes no Quebec: 25 anos de investigações empíricas e de intervenções profissionais. Em I. Alberto (org.) *Comportamento Anti-Social: Escola e Família* (pp175-213). Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Le Blanc, M. (2004). Théories de la régulation de la déviance. Em: D. Jolivet; G. Lopez e S. Titzis. *Dictionnaire critique des sciences criminelles*. Paris: Dalloz.
- Le Blanc, M. e Kaspy, N. (1998). Trajectories of Delinquency and Problem Behavior : Comparison of Social and Personal Control Characteristics of Adjudicated Boys on Synchronous and Nonsynchronous Paths. *Journal of Quantitative Criminology*, 14 (2), 181- 213.
- Le Blanc, M. e Loeber, R. (1998). Developmental Criminology Updated. *Crime and Justice: An Annual Review of Research*, 23, 115-198.
- Le Blanc, P. Trudeau et Le Blanc, M. (2001): *Jesness (Adaptation québécoise validée)*. École de psychoéducation et Groupe de recherche sur les adolescents en difficulté, Faculté des Arts et des Sciences, Université de Montréal.
- Le Blanc, M.; López M. T. M.; Espuny, F. D.; Fortuño, R. C. y Kazemian, L. (2004). *Medidas de Adaptación Social y Personal para Adolescentes Españoles. Análisis de su Coherencia Interna, Fiabilidad y Validez*. In Serta - In Memoriam Alexandri Baratta. Ed. Fernando Pérez Álvarez, Ediciones Universidad Salamanca, 465-487.
- Leas, L. e Mellor, D. (2000). Prediction of delinquency: the role of depression, risk-taking and parental attachment. *Behaviour Change*, 17 (3), 155-166.
- Leech, S. L., Day, A. L., Richardson, G. A. e Goldschmidt, L. (2003). Predictors of Self-Report Delinquent Behavior in a Sample of Young Adolescents. *Journal of Early Adolescence*, 23 (1), 78-106.
- Lejuez, C. W., Read, J. P., Kahler, C. W., Richards, J. B., Ramsey, S. E., Stuart, G. L., Strong, D. R., e Brown, R. A. (2002). Evaluation of a behavioral measure of risk-taking: The Balloon Analogue Risk Task (BART). *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 8, 75-84.
- Lemert, E. M. (1951). *Social Pathology*. New York: MacGraw-Hill Book Co., Inc.
- Lovett, B. e Sheffield, R. A. (2007). Affective empathy deficits in aggressive children and adolescents: A critical Review. *Clinical Psychology Review*, 27, 1-13.
- Lynan, D. R. (1996). Early identification of chronic offenders: who is the fledgling psychopath? *Psychological Bulletin*, 120 (2), 209-234.
- Maisonneuve, D. (1977). *L'inventaire de Personalite de Eysenck: Approche Methodologique*. Memoire presente a la Faculte de Etudes Superieures en vue de L'obtention de la Maitrise es Sciences (Criminologie).
- Malmquist, C. P. (1990). Depression in homicidal adolescents. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 18 (1), 23-36.

- Marczyk, G. R., Heilbrun, K., Lander, T., DeMatteo, D. (2005). Juvenile Decertification: Developing a Model for Classification and Prediction. *Criminal Justice and Behavior*, 32 (3), 278-301.
- Marques, S. F., Souza, V. L. e Estevão, R. (1984). Possibilidades das Escalas do Inventário de Personalidade de Jesness em Discriminar Adolescentes Delinquentes e Não-delinquentes.
- Martens, W. A. J. (2000). Antisocial and Psychopathic Personality Disorders: Causes, Course and Remission – A Review Article. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 44 (4), 406-4430.
- Martin, R. D. (1981). Cross-Validation of the Jesness Inventory with Delinquents and Nondelinquents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49(10), 10-14.
- Merton, R. K. (1938). Social Structure and Anomie. *American Sociological Review* 3: 672-82.
- Messner, S e Rosenfeld, R. (1994). *Crime and the American Dream*. Belmont: Wadsworth.
- Millon, T. (1993) *Millon Adolescent Clinical Inventory: Manual*. Minneapolis, Minn: National Computer Systems, Inc.
- Ministério da Saúde (2002). *Manual Operacional para Comitês de Ética e Pesquisa*. Brasília: Editora MS.
- Morizot, J. e Le Blanc, M. (2003a). Continuity and Change in Personality traits from Adolescence to Midlife: a 25-year Longitudinal Study comparing representative and Adjudicated Men. *Journal of Personality*, 71 (5), 705-756.
- Morizot, L. e Le Blanc, M. (2003b). Searching for a developmental typology of personality and its relations to antisocial behaviour: a longitudinal study of an adjudicated men simple. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 13, 241-277.
- Munson, R. F. e LaPaille, K. (1984). Personality Tests as a predictor of success in a residential treatment center. *Adolescence*, 19(75), 697-701.
- Munson, R. F. e Revers, M. P. (1986). Program Effectiveness of a Residential Treatment Center for Emotionally disturbed adolescent females as measured by exit personality tests. *Adolescence*, 21(82), 305-310.
- Osuna, E.; Alarcon, C. e Luna, A. (1992). Personality traits in juvenile maladjustment . *Journal of Forensic Science*, 37 (1), 228-236.
- Pacheco, J.; Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A.; Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do Comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (1), 55-61.
- Pasquali, L. (1998). Princípios de elaboração de escalas psicológicas. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25 (5), edição internet.
- Pellegrini, A. D. (1991). What is Developmental? Em: A. D. Pellegrini: *Applied Child Study: A Developmental Approach*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Pereira, M. e Canavarro, M. C. (2007). Vulnerabilidade de gênero e outras dimensões de influência na adaptação ao VIH/SIDA e à gravidez e maternidade. *Análise Psicológica*, 3 (XXV), 503-515.
- Pestana, P. F. F.; Bazon, M. R. (2005). *Adaptação Pessoal e Social de Adolescentes: um estudo de indicadores de personalidade por meio de Inventários Psicológicos*. Relatório de pesquisa apresentado à Comissão de Pesquisa da FFCLRP- USP, como uma das obrigações relativas à participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC/USP/CNPq.
- Pinatel, J. (1960). *La Criminologie*. Paris: SPES Sociologie D´aujourd´hui.
- Pinho, S. R. e col. (2006). Morbidade psiquiátrica entre adolescentes em conflito com a lei. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 55 (2), 126-130.
- Raynor, C. M. e Manderino, M. A. (1988). The prevalence of adolescent depression in a residential treatment home program. *Residential treatment for children and youth*, 5 (3) 17-27.
- Richardson, R. J. e cols. (1985). “Confiabilidade e Validez”. Em: R. J. Richardson: *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Editora Atlas.
- Rico, J. M (1977). *Crimen y Justicia en América Latina*. México, España, Argentina e Colombia: Siglo Veintiuno Editores.
- Ritakallio, M.; Kaltiala-Heino, R.; Kivivuori, J. e Rimpelä, M. (2005). Brief report: Delinquent behaviour and depression in middle adolescence: a Finnish community sample. *Journal of Adolescence*, 28 (1), 155-159.
- Ritakallio, M.; Kaltiala-Heino, R.; Kivivuori, J., Luukkaala, T. e Rimpelä, M. (2006). Delinquency and the profile of offenses among depressed and non-depressed adolescents. *Criminal Behavior and Mental Health*, 16 (2), 100-110.
- Romero, E.; Luengo, M. A.; Sobral, J. (2001). Personality and Antisocial Behaviour: Study of Temperamental Dimensions. *Personality and Individual Differences*, 31, 329-348.
- Schmitt, R.; Pinto, T. P.; Gomes, K. M.; Quevedo, J.; Stein, A. (2006) Personalidade Psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33 (6), 297-303.
- Shaw, Clifford R. e McKay, Henry D. (1969). *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Shiner, R. e Masten, A. (2002). Transactional links between personality and adaptation from childhood through adulthood. *Brief Report/ Journal of Research in Personality*, 36, 580-588.
- Smith, D. E. (1974). Relationships between the Eysenck and Jesness Personality Inventories. *British Journal of Criminology* 14 (4), 376-384.
- Stefurak, T., Calhoun, G. B., Glaser, B. A. (2004). Personality Typologies of Male Juvenile Offenders using a Cluster Analysis of the Millon Adolescent Clinical Inventory

- Introduction. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48 (1), 96-110.
- Sutherland, E. H. (1942). *Development of the theory*. In Edwin H. Sutherland *on Analyzing Crime*, ed. Karl Schuessler. Chicago:University of Chicago Press.
- Teichner, G. e Golden, C. J. (2000). The Relationship of Neuropsychological Impairment to Conduct Disorder in Adolescence: A Conceptual Review. *Agression and Violent Behavior*, 5 (6), 509-528.
- Toledo, G. W.; Bazon, M. R. (2005). A delinquência Juvenil no estado de São Paulo: estudo de sua evolução entre 1950 e 2002. In: Zélia M. M. Biasoli-Alves; Isilda M. F. Mattiusso Alves; Lucia Helena R. Carvalaes; Pierre Duarte. (Org.). *Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Livro de Artigos - Tomo II*. Ribeirão Preto: Legis Summa, p. 299-309.
- Underwood, L. A.; Barretti, L.; Storms, T. L. e Safonte – Strumolo (2004). A Review of Clinical Characteristics and Residential Treatments of Adolescent Delinquents with Mental Health Disorders: A promising Residential Program. *Trauma, Violence and Abuse*, 5 (3), 199-242.
- Van Dam, C. De Bruyn, E. E. J. e Janssens, J. M. M. (2007). Personality, Delinquency, and Criminal Recidivism. *Adolescence*, 42 (168), 763 – 777.
- Vasconcellos, T. C.; Gouveia, V. V.; Pimentel, C. E. e Pessoa, V.S. (2008). Condutas Desviantes e Traços de Personalidade: Testagem de um Modelo Causal. *Estudos de Psicologia*, 25 (01), 55-65.
- Vincent, G. M., Vitacco, M. J, Grisso, T. e Corrado, R. R. (2003). Subtypes of Adolescent Offenders: Affective traits and Antisocial Behavior Patterns. *Behavioral Sciences and the Law*, 21, 695-712.
- Wathier, J. L. e Dell’Aglío, D. D. (2007). Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29 (3), 305-314.